Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Nomeações barradas . . . 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Haddad promete regra fiscal sem malabarismo . . . 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Haddad promete âncora fiscal e denuncia rombo . . . 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Governo reduz número de atividades com direito a benefício fiscal do Perse . . . 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Veja 10 termos da economia que explicam rumos de 2023 . . . 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO
Ministra prega gestão eficiente . . . 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Haddad prega responsabilidade fiscal ao assumir, mas falta o plano de voo . . . 12

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Lula, diversidade e dificuldades (Artigo) . . . 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Bolsa cai 3% e dólar vai a R$ 5,35 após primeiros atos de Lula na economia . . . 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Retomada de obras anima setor, mas há preocupação com fiscal . . . 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
O que esperar da possível reforma tributária (Artigo) . . . 20

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Visão do Correio: Brasileiros querem resultados rápidos . . . 22

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Por que há desconfiança do mercado financeiro em relação a Lula? . . . 24

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Haddad quer discutir reformas tributária e fiscal com Congresso a partir de abril . . . 29

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula critica desigualdade 19 vezes em seu discurso de posse no Planalto 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
"Não é revanchismo, mas pessoas cometeram crimes e devem ser punidas" 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Medidas de Bolsonaro custarão até R$ 15 bi 35

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
"Revogaço" busca corrigir erros do governo anterior (Editorial) 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Meta de Lula, baixar preço da comida é missão difícil nas condições atuais - MAURO ZAFALON
. 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Em discurso de posse, Haddad rejeita "aventuras" e "bala de prata" 39

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA
Agro desafia o pessimismo (Editorial) 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Lula assume num ambiente fiscal traiçoeiro - LUIZ SCHYMURA 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Preços ajudam, e superávit comercial bate recorde 44

Nomeações barradas

No primeiro dia do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, 1.204 servidores que desempenhavam funções de confiança na gestão de Jair Bolsonaro foram exonerados. Lula também extinguiu os cargos de adido tributário e aduaneiro junto às representações diplomáticas do Brasil no exterior. Cinco dessas representações foram criadas por decreto em 26 de dezembro, na última semana do governo Bolsonaro, e os cargos foram distribuídos para ocupantes da cúpula da **Receita Federal**.

O ex-secretário especial da **Receita Federal** Julio Gomes foi designado para a Embaixada do Brasil em Paris. O secretário adjunto, Sandro Serpa, ficaria em Bruxelas, enquanto o subsecretário-geral da Recita, José Ferraz, iria para Abu Dhabi. Para o cargo de auxiliar de adido tributário e aduaneiro na embaixada brasileira em Buenos Aires foi nomeado Daniel Tavares Vale Alencar, que era chefe da assessoria de comunicação institucional da Receita.

As nomeações tinham validade de dois anos e foram assinadas pelo presidente em exercício, general Hamilton Mourão, no último dia de governo.

Segundo o decreto, os ocupantes dos cargos de adido tributário teriam remuneração equivalente à de ministros de primeira classe do Ministério das Relações Exteriores.

Críticas

As nomeações haviam gerado uma onda de críticas. A associação que representa os auditores tributários da Receita, a Unafisco, divulgou nota em que afirma que "nunca antes se viu uma atuação institucional tão distante dos princípios da impessoalidade, da moralidade e do interesse público".

Segundo a Unifisco, os dirigentes da Receita "atuaram com objetivo clarividente de criar cargos para si mesmos, como rota de saída em função da troca de governo".

A direção da **Receita Federal**, por sua vez, defendeu a criação dos cargos de adido tributário e as nomeações de integrantes da direção do órgão para exercerem esas funções no exterior. No dia 31 de dezembro, em nota, a cúpula do Fisco afirmou que a criação das funções era uma reivindicação antiga, e que esses postos se tornaram mais importantes como crescimento das relações comerciais do país e dos acordos para evitar a bitributação.

Além disso, argumentou que todos os indicados eram **servidores públicos** de carreira e nenhum deles tinha filiação política ou partidária.

Haddad promete regra fiscal sem malabarismo

Ed Alves/CB

Para Haddad, é preciso harmonizar políticas monetária e fiscal e recuperar a confiança dos investidores: "Não estamos aqui para aventuras"

rafaela gonçalves

No primeiro discurso após assumir oficialmente a pasta, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se comprometeu a enviar ao Congresso, ainda no primeiro semestre, a proposta de uma nova âncora fiscal que organize as contas públicas. "Um arcabouço que abrace o financiamento do guarda-chuva de programas prioritários do governo, ao mesmo tempo que garanta a sustentabilidade da dívida pública. Não existe mágica nem malabarismos financeiros. O que existe para garantir um Estado fortalecido é a previsibilidade econômica, confiança dos investidores e transparência com as contas públicas", disse.

Após sucessivas declarações de presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o fim do teto de gastos, Haddad disse que sua missão será reduzir o deficit de R$ 220 bilhões previsto no Orçamento deste ano aprovado pelo Congresso. "Não estamos aqui para aventuras, mas para assegurar que o país volte a crescer para suprir as necessidades da população em saúde, educação, no âmbito social e, ao mesmo tempo, para garantir equilíbrio e sustentabilidade fiscal", afirmou.

O ministro não poupou críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pela quebra de decoro na cerimônia de posse e pelos rombos deixados nas contas da União. "Tivemos um péssimo exemplo de transição, que colocou dois militares em situação indefensável, que se recusaram a cumprir a as regras democráticas de troca de governo e que, em 30 de dezembro, foram capazes de publicar dois decretos que darão mais de R$ 10 bilhões de prejuízos aos cofres públicos", afirmou Haddad, sem citar nomes. "Esses são os patriotas que deixaram o poder", ironizou, ao se referir ao aumento de gastos de R$ 300 bilhões, o equivalente a 3% do Produto Interno Bruto (**PIB**), deixado como herança pelo governo passado.

O novo ministro prometeu diálogo para encontrar um "denominador comum dos anseios da população brasileira e do mercado". "Não existe política fiscal ou monetária isoladamente. O que existe é política econômica, que precisa estar harmonizada, ou o Brasil não se recuperará da tragédia do governo Bolsonaro. Essa harmonização acontecerá em nossa gestão frente ao Ministério da Fazenda. Podem ter a mais absoluta certeza." Apesar da promessa de acertar a questão fiscal, o mercado ainda deve seguir apreensivo, até que um arcabouço concreto seja apresentado, de acordo com analistas. Ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) recuou 3,06%, repercutindo o discurso de posse no qual Lula classificou a regra do teto de gastos de "estupidez". O dólar subiu 1,58%, para R$ 5,36.

Para Ivan Barboza, sócio-gestor do Ártica Long Term FIA, o tom de Haddad no discurso foi positivo, mas o ministro ainda não detalhou as ações que serão tomadas. "Com isso, o mercado segue receoso, em especial devido ao discurso de Lula, que não mostrou o mesmo compromisso com a responsabilidade fiscal", avaliou.

Haddad promete âncora fiscal e denuncia rombo

MATHEUS MURATORI

Tomou posse ontem como novo ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT), considerado braço direito do presidente Lula (PT) e que foi derrotado na disputa ao Governo de São Paulo nas eleições de 2022. Haddad assumiu o cargo maior no Ministério da Fazenda com críticas ao déficit orçamentário para 2023 e em meio à continuidade na desoneração dos combustíveis, além de alfinetar Paulo Guedes, ex-ministro da Economia e, em certo ponto, antecessor no posto.

O déficit previsto em orçamento para 2023 é de R$ 231,5 bilhões, valores tidos como "absurdos" por Haddad. Muito por isso, o ministro aumentou a expectativa relativa a um resultado primário à frente da pasta. "Não aceitaremos um resultado primário que não seja melhor do que os absurdos R$ 220 bilhões de déficit previstos no Orçamento para 2023", afirmou, ao ser empossado, durante cerimônia em Brasília.

Outro ponto citado para que haja equilíbrio nas contas públicas foi a âncora fiscal. Diante de um teto de gastos que também gera incômodo, o ministro se comprometeu a organizar esta questão para melhor aplicação das políticas públicas. "Assumo com todos vocês o compromisso de enviar, ainda no primeiro semestre, ao Congresso Nacional, a proposta de uma nova âncora fiscal, que organize as contas públicas, que seja confiável, e. principalmente, respeitada e cumprida", disse.

ROMBO O ministro da Fazenda disse também que desonerações tributárias adotadas pelo governo Jair Bolsonaro (PL) no apagar das luzes do mandato causaram um prejuízo "irrecuperável" de até R$ 15 bilhões. No discurso de posse, o novo ministro já havia criticado a herança deixada por quem ele classificou de "patriotas que deixam o poder". A nova equipe econômica trabalha agora para tentar reverter parte do buraco. Uma parcela das medidas foi revogada, e o impasse está sendo analisado inclusive sob o ponto de vista jurídico.

"À luz do que aconteceu na última semana do ano, faltou confiança. Os decretos que o (ex-vice-presidente Hamilton) Mourão publicou, as medidas provisórias que o Mourão publicou, desonerando mais de R$ 13 bilhões, R$ 14 bilhões de **tributos** que foram perdidos", disse Haddad a jornalistas após a cerimônia de posse. "(Isso) Considerando que nós imaginamos hoje que é irrecuperável, a não ser que haja uma suspensão das medidas pelo Judiciário,"

A revogação das desonerações pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é. na prática, um aumento de **tributos**. Pela lei, uma redução da carga pode ter aplicação imediata, mas a elevação requer um prazo de antecedência - ainda que o ato seja editado em pequeno intervalo de tempo, como é o caso. "Nós temos um problema jurídico para analisar. Tem algumas dúvidas sobre a questão anterioridade e tem uma certeza sobre a questão da noventena, que é o tempo que você vai perder de arrecadação. De qualquer maneira, o prejuízo está feito", disse.

O ministro ainda ressaltou que as medidas foram adotadas pelo governo Bolsonaro a despeito do pedido da equipe de Lula para que a gestão anterior se abstivesse de novas ações com impacto fiscal. "Se vocês resgatarem a minha fala, minha fala foi: "nós estamos pedindo para o governo Bolsonaro se abster de tomar qualquer medida fiscal que onere os cofres públicos em 2023". Depois que eu pedi isso. eles tomaram quatro medidas", disse. Entre elas está um decreto, publicado no penúltimo dia do mandato, para cortar PIS/Co-fins pagos por grandes empresas sobre receitas financeiras, com impacto de RS 5,8 bilhões nas receitas do primeiro ano da nova gestão de Lula.

AVALIAÇÃO O Estado de Minas conversou com o economista Weslley Cantelmo. doutorando em Economia pelo Cedeplar-UFMG, conselheiro do Corecon-MG e integrante do Instituto Economias e Planejamento, para abordar as primeiras falas e ações

de Haddad como ministro. O especialista vê com bons olhos os primeiros passos. "A análise do Haddad está correta, e o caminho que estão apontando me parece bom. Prometeu esse arcabouço fiscal para rever teto de gastos, trazer novas propostas para elevação do investimento na economia brasileira com público e parcerias público privadas, aponta para uma boa direção", afirmou. "Gostei que ele disse que não existe diferença entre política monetária e política fiscal, e é interessante porque priorizam a monetária, muito pelos juros. Com isso, temos uma política monetária agressiva, juros altos, para cuidar da **inflação**, o que dá para questionar", completou.

Uma ação de ruptura de Haddad em relação ao antigo governo diz respeito a cargos da **Receita Federal** para atuação no exterior. O decreto foi cancelado conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU) e impede a nomeação de servidores para trabalharem e assumirem cargos fora do Brasil - adidos tributários e aduaneiros. Mas um ponto que chamou maior atenção na posse foi uma crítica de Haddad a Paulo Guedes. Diferentemente do governo Bolsonaro, de 2019 a 2022, quando o Ministério da Economia concentrava algumas ações, a pasta foi desmembrada por ministérios do Planejamento e Orçamento: da Gestão; da Fazenda; e da indústria. Comércio Exterior e Serviços.

O novo ministro deu uma indireta aos antecessores ao afirmar que agora a gestão é feita via "rede de postos". Isso porque Bolsonaro se referia a Guedes como seu "Posto Ipiranga", em referência à propaganda da rede de combustíveis no qual uma pessoa afirma que era possível encontrar tudo no posto da marca. "Éramos o posto Ipiranga, agora somos uma rede de postos. Queremos agir colegiadamente" disse.

O economista Weslley Cantelmo compactua com a visão de Haddad. "Fazer gestão da economia num ministério grande como o Ministério da Economia acho muito complexo. porque você tem desde gestão até grandes estratégias, e isso se mistura muito, fazer gestão centralizada é complexo, muito difícil, acho equivocada. Até por tirar produção de acordos. prefiro essa estrutura, que foi montada desde o fim da Ditadura", afirmou, ao EM.

"Assumo com todos vocês o compromisso de enviar, ainda no primeiro semestre, ao Congresso Nacional, a proposta de uma nova âncora fiscal que organize as contas públicas, que seja confiável e, principalmente, respeitada e cumprida"

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/01/2023/p1

Governo reduz número de atividades com direito a benefício fiscal do Perse

Beatriz Olivon

O governo federal editou portaria que restringe o acesso de empresas ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) - que alcança também a área do turismo - e reduz o benefício previsto de PIS e Cofins. A norma impede a tomada de créditos das contribuições sociais.

A Portaria nº 11.266, publicada ontem, reduz de 88 para 38 as atividades contempladas pelo Perse. Essa medida já era esperada pelo mercado, mas não se sabia quem ficaria de fora.

No mês passado, por meio da edição Medida Provisória (MP) nº 1.147/2022, o governo havia anunciado que seria publicado novo ato do Ministério da Economia para relacionar as atividades com direito ao programa. Com a portaria, não serão beneficiados: bares, lanchonetes, instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos, serviços de bufê, tradução, clubes, discotecas, atividades de apoio à pesca e fabricação de vinho, entre outros.

O Perse foi instituído pelo governo federal em maio de 2021, com a edição da Lei nº 14.148, e prevê alíquota zero de Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins pelo prazo de cinco anos. O objetivo da medida foi compensar os setores de eventos e turismo pelo impacto causado com as decretações de lockdown e isolamento social durante a pandemia da covid-19.

Além do benefício fiscal, o programa prevê o parcelamento de dívidas tributárias e relativas ao FGTS.

Podem ser quitadas com desconto de até 70% e em 145 meses.

Desde a edição da leicom a derrubada do veto do então presidente Jair Bolsonaro ao benefício fiscal - há um movimento para reduzir o alcance do programa federal, segundo tributaristas. Em novembro, a **Receita Federal** publicou a Instrução Normativa nº 2.114 prevendo que a alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins não valeria para empresas no Simples Nacional e só poderia ser usufruída por contribuintes com atividades ligadas diretamente aos setores de eventos e turismo.

Tais medidas não haviam sido tratadas na Portaria nº 7.163/2021, do Ministério da Economia, que definiu os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que se enquadrariam no Perse. A regulamentação original incluía atividades que não estavam diretamente relacionadas a eventos e turismo, mas passou a exigir inscrição no Cadastro do Ministério do Turismo (Cadastur), o que tem gerado judicialização.

De acordo com Luca Salvoni, sócio do Cascione advogados, já havia a expectativa de que o governo reduziria o alcance do Perse. "O governo tinha deixado uma porta aberta ao indicar a edição de um novo ato do Ministério da Economia", diz.

"Foi uma redução bem significativa dos CNAEs", afirma Jéssica Passarini Messias, do mesmo escritório, acrescentando que a impressão é de que foram retirados os códigos mais "genéricos" ou amplos, deixando apenas aqueles diretamente relacionados com eventos e turismo.

Chamou a atenção dos tributaristas a retirada de bares e lanchonetes - restaurantes foram mantidos.

"Qual critério foi utilizado?

Esses CNAEs deveriam estar na lista", diz Sandro Machado dos Reis, sócio do Bichara Advogados.

Para a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), a decisão de tirar bares e lanchonetes é "absurda e precisa ser revista". A portaria traz previsão "incompreensível, que atinge em cheio milhares de empresas, colocando sua sobrevivência em risco", afirma o presidente- executivo da Abrasel, Paulo Solmucci.

"Nossa expectativa é que essa decisão seja revista

pelo novo governo já nestes primeiros dias de janeiro.

Vamos trabalhar para isso." Essa redução no número de atividades, dizem tributaristas, pode gerar um novo contencioso. Como o texto está com data de 29 de dezembro, o governo pode entender que a norma é de 2022, apesar de ter sido publicada ontem, e não significaria aumento de **tributos** para as atividades retiradas do Perse, desrespeitando as anterioridades nonagesimal e anual - prazo de 90 dias e um ano para entrar em vigor.

Luca Salvoni entende que, para PIS e Cofins, a norma só geraria efeitos a partir de abril. Para IRPJ e CSLL, só em 2024. "A portaria entrou em vigor em 1º de janeiro, mas é a partir da publicação no Diário Oficial que a anterioridade é calculada. Não nos parece necessário sequer um contencioso, embora se o governo pretender entender que a norma é de 2022 ou não gera aumento de tributo, poderemos ter judicialização." Leonardo Freitas de Moraes e Castro, sócio do VBD Advogados, também entende que os contribuintes que não estão mais enquadrados poderão pleitear esse direito no Judiciário, com base no princípio da confiança. "Haverá mais litígio sobre o tema do Perse em 2023", afirma ele, acrescentando que a portaria gera insegurança e prejudica as empresas que estavam se planejando com base na redução tributária.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187423

Veja 10 termos da economia que explicam rumos de 2023

Consumidora compra vegetais em feira de rua em São Paulo Miguel Schincariol - 25.ago.2022/AFP

Antena de transmissão de sinal de celular em São Paulo Adriana Toffetti - 2.ago.22/Ato Press/Agência

Anelise Gonçalves RIO DE JANEIRO

Em 2022, a economia foi destaque no noticiário brasileiro, fosse em relação ao governo ou ao bolso do cidadão. A Folha separou dez termos-chave que marcaram o ano para o leitor entender, relembrar e se preparar para 2023. * 1) **Inflação** **Inflação** é o nome dado ao aumento dos preços de produtos e serviços. No Brasil, é medida pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mostra a variação dos preços para o consumidor mês a mês e é usada pelo governo federal como referência das metas de **inflação** e da taxa de juros.

O IPCA écalculadopelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em novembro, o índice subiu 0,41% puxado pelo preço dos combustíveis e de alimentos e bebidas. Mas caiu ante outubro, quando tinha ido a 0,59%. No acumulado de 12 meses até novembro, a alta foi a 5,90%, menor desde fevereiro de 2021 (5,20%).

Para 2023, um desafio aguarda o governo Lula. Segundo o boletim Focus de 26 de dezembro, divulgado pelo BC (Banco Central), analistas preveem **inflação** a 5,23% -acima do teto da meta de 4,75%. Contribuem para isso as projeções de crescimento menor do **PIB** (Produto Interno Bruto), juros altos, perda de ritmo da economia mundial, fim do estímulo da reabertura após as restrições na pandemia e o endividamento das famílias.

2) Preços dos alimentos Um fator que pesou no bolso dos brasileiros foi o preço de alimentos e bebidas. A **inflação** deste grupo, de janeiro a setembro de 2022, foi a maior em 28 anos (9,54%), desde o início do Plano Real, aponta o IPCA. Desde o início da pandemia, de fevereiro de 2020 a novembro de 2022, o grupo acumulou alta de 36,06%. A comida foi prejudicada por vários fatores. Em janeiro, a seca na região Sul e o excesso de chuva em partes do Sudeste e do Centro-Oeste reduziram a oferta de verduras e legumes.

Os custos também afetaram os produtores. Insumos usados no campo ficaram mais caros na pandemia e elevaram os gastos para produzir alimentos. Outro aspecto importante foi a Guerra da Ucrânia, iniciada em fevereiro, que encareceu as commodities agrícolas. Para 2023, a expectativa de economistas é que a **inflação** de alimentos e bebidas sub a menos, mas ainda deve ser sentida no bolso dos cidadãos. A comida cara também representa um desafio para o combate à fome no país. Segundo o Datafolha, 24% dos brasileiros brasileiros dizem ter alimentação insuficiente em casa.

3) Preço da gasolina O preço final da gasolina noBrasil, dasrefinarias até o consumidor, é definido por cinco aspectos: Realização Petrobras; Distribuição e revenda; Custodo etanol/anidro e custo do biodiesel; ICMS (Imposto sobre Circulção de Mercadorias e Serviços); Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), Pis/Pa-sep, Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**).

Em 2022, em meio à corrida eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou lei que fixava teto para as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, transporte e telecomunicações.

A medida reduziu o preço da gasolina e do diesel, mas causou um rombo nos cofres dos entes federativos. Em dezembro, o STF homologou um acordo para dar fim ao impasse entre estados, Distrito Federal e a União acerca do ICMS sobre combustíveis.

E como fica este 2023? O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer definir o rumo da política de preços dos combustíveis junto à nova diretoria da

Petrobras, mas a desoneração dos **impostos** federais, que vencia em 31 de dezembro, foi prorrogada por 60 dias.

4) PEC dos Benefícios A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) dos Benefícios, conhecida como PEC do Auxílio Brasil e, antes, "PEC Kamikaze", foi outra medida eleitoreira de Bolsonaro para turbinar benefícios sociais e tentar ganhar a corrida eleitoral.

Aprovada pela Câmara dos Deputados em julho, a medida ampliou o valor do Auxílio Brasil para R$ 600 até dezembro, criou um vale de até R$ 1000 para caminhoneiros e taxistas, e dobrou o valor do Auxílio Gás.

Com a derrota, entrou em cena a PEC da Gastança. Promulgada pelo Congresso em dezembro, que expande o teto de gastos para atender as promessas de Lula, como pagar os R$ 600 do Bolsa Família mais R$ 150 para cada família com crianças de até seis anos.

5) Bolsa Família/Auxílio Brasil Em 2021, o governo Bolsonaro mudou as regras e o nome do Bolsa Família, programa social criado em 2003 pelo PT, para Auxílio Brasil. O programa deve retomar sua marca original.

A fila de espera começou o ano de 2022 zerada. Sem orçamento, porém, a fila cresceu e, em julho, atingiu a marca de 1,569 milhão de famílias. Com o esforço de Bolsonaro para ampliar o orçamento no segundo semestre, além de a fila ter sido zerada em agosto, setembro e outubro, o número de famílias foi expandido. Mas, após as eleições, o programa já tinha 128 mil famílias na lista de espera.

Neste ano também vai chegar a conta do empréstimo consignado do Auxílio Brasil. Criado pelo governo Bolsonaro em agosto como mais um trunfo na campanha eleitoral, o consignado é descontado diretamente do benefício-base até que seja quitado. Em outubro, os empréstimos somaram R$ 5 bilhões, de acordo com o BC.

6) Emendas do relator Consideradas inconstitucionais pelo STF (Supremo Tribunal Federal), foram um trunfo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Elas permitem a parlamentares requerer verba da União sem identificação ou destinação dos recursos. Criado em 2019, o instrumento ajuda o presidente a negociar com as bancadas do Congresso Nacional em busca de apoio político.

7) Recessão A recessão vem do declínio da atividade econômica, com queda da produção, alta do desemprego e diminuição dos lucros.

Os critérios para definir recessão variam. Parâmetro comum diz que dois trimestres consecutivos de retração do PI B definem recessão técnica.

Dentre os aspectos que preocupam o Brasil e o mundo são os impactos da Covid, a Guerra da Ucrânia e a desaceleração de economias como a da China e dos EUA.

8) Selic A Selic é a taxa básica de juros da economia, usada para controlar a **inflação** e revisada a cada 45 dias pelo Copom (Comitê de Política Monetária), do BC, que a manteve em 13,75% ao ano.

As pessoas sentem a alta da Selic ao acessarem crédito: pegar dinheiro emprestado fica mais caro porque os juros que os bancos pagam em transações entre si ficam mais caros -e repassam o aumento ao consumidor.

A ideia é que com juro mais alto, as pessoas sejam desestimula das a consumir, incentivando a poupança, que passa a render mais, como os títulos públicos federais. Para 2023, o mercado projeta a taxa a 12%.

9) Dólar Em 2022, o dólar ficou mais caro que o euro pela primeira vez em 20 anos. Em julho, as moedas tinham atingido paridade, mas foi em 22 de agosto de 2022 que o dinheiro europeu ficou em menos de US$ 1 (R$ 5,27). Dentre os motivos, a Guerra da Ucrânia, que aumentou o preço do gás.

10) 5G Em julho, o 5G chegou ao país, estreando em Brasília. A nova banda de dados pode ser até dez vezes mais rápida que o 4G e promete revolucionar o modelo de consumo de internet. Mas a estreia teve velocidade oscilante, cobertura parcial e "impurezas".

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50145&_mather=9ebddbc1bd0cc79c&_ga=2.108806340.718376219.1672726937-1566829382.1670636243

Ministra prega gestão eficiente

Esther Dweck: reforma administrativa deve valorizar carreiras

Rosana hessel

Ao assumir o Ministério da Gestão e da Inovação dos Serviços Públicos, a economista Esther Dweck foi categórica ao afirmar que pretende fazer uma reforma administrativa para melhorar a estrutura de carreiras e remunerações dos **servidores públicos** e o atendimento à população. "Não podemos errar", disse. "Vamos trabalhar muito." A nova ministra defendeu uma "transformação dos serviços digitais prestados à população". Ela também anunciou que pretende rediscutir o papel das estatais, mas não detalhou como fará isso.

"O Ministério nasce com a missão de ampliar a eficiência na gestão do governo federal. Sem a criação de cargos novos, nós vamos ampliar a capacidade do Estado brasileiro de combater a desigualdades estruturais da sociedade brasileira, com atendimento a populações historicamente ignoradas, como os povos indígenas; combater o racismo estrutural, a violência contra a mulher, o crime ambiental e a fome", afirmou. "Para atingirmos essa eficiência na gestão, o primeiro passo é interromper o processo de desmonte do Estado brasileiro que ocorreu ao longo dos últimos anos", acrescentou.

Reforma A ministra disse que uma verdadeira reforma administrativa significa aumentar a eficiência do Estado. "Com esse objetivo, também vamos criar o Escritório de Projetos de Inovação na Gestão e parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). É algo que já existe, mas que vamos incentivar para facilitar a troca de experiências adquiridas", afirmou.

Esther Dweck pretende, ainda, reforçar a função estratégica da central de compras do governo federal, inclusive, "como instrumento de política industrial e inovação tecnológica", a partir do compartilhamento de compras e serviços administrativos, que poderá "ser ampliado justamente para garantir maior eficiência dos ministérios em suas políticas". Ela prometeu ainda promover a transparência na gestão da pasta.

Haddad prega responsabilidade fiscal ao assumir, mas falta o plano de voo

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad reúne sua equipe durante a posse no CCBB, em Brasília Gabriela Biló/Folhapress

IdianaTomazelli

ANÁLISE

Brasília Sob pressão para melhorar a fotografia das contas públicas para 2023, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), fez um discurso de posse recheado de recados e promessas de compromisso com a responsabilidade fiscal, mas faltou o plano de voo. A retórica causou boa impressão pelas intenções da nova equipe de reduzir o déficit, controlar o endividamento e retomar o crescimento sustentável, mas a cobrança que recai sobre um ministro já empossado vai muito além. O que se espera são detalhes de como o novo governo pretende atingir esses objetivos.

Não basta mais elencar de forma evasiva prioridades como a **reforma tributária** e o envio de uma proposta de nova âncora para as contas públicas-prometida para este semestre-, defesas já conhecidas pelo público geral. Em vez de detalhar os pilares de cada uma dessas agendas, Haddad passou boa parte do discurso respondendo a críticas disparadas pelo mercado contra ele desde que foi escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para comandar a Fazenda. "Não somos dogmáticos, somos pragmáticos. Queremos resultados, mas seguimos princípios e valores", disse, elencando o foco no social como um desses princípios.

Haddad também defendeu maior atuação estatal, mas deixou a porta aberta para que essa presença possa ser mais enxuta do que imaginado. Ele reagia a críticas de quem teme um aumento desenfreado de gastos e subsídios públicos. "Um Estado forte não é um Estado grande, um Estado obeso", afirmou. A questão que ainda não foi respondida é como essas visões serão conciliadas com a promessa de sustentabilidade das contas e até onde Haddad terá apoio político para implementar sua agenda.

Uma primeira batalha foi perdida na discussão da desoneração dos combustíveis, em que o ministro e sua equipe precisaram abrir mão da ideia de deixar caducar as isenções implementadas por Jair Bolsonaro (PL) em ano eleitoral. A ordem de Lula foi prorrogar os benefícios, parte deles até o fim do ano. Pesou na decisão o fator político e o risco de um aumento dos **tributos** elevar os preços nas bombas e consequentemente a **inflação**. A reversão das desonerações era uma das alternativas para ajudar na redução do "déficit absurdo de R$ 220 bilhões" previsto para este ano.

O ministro até disse que ele e sua equipe não aceitarão ficar com esse número e prometeu medidas para as próximas semanas. Mas, além do revés nos combustíveis, passou batido o fato de que o rombo foi aprofundado justamente pela aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que ampliou gastos e pela qual ele agradeceu ao Congresso Nacional.

Haddad tem razão em reclamar de novas desonerações adotadas pelo governo Bolsonaro no apagar das luzes do mandato e que ajudaram a tirar até R$ 15 bilhões do caixa de Lula no primeiro ano da gestão, segundo os cálculos preliminares da nova equipe. No entanto, não é só a reversão dessas medidas que vai resolver o impasse fiscal.

Nas próximas semanas, Haddad precisará cumprir o que prometeu e começar a detalhar o caminho a ser trilhado pelo ministério sob sua liderança. Se pretende entregar uma proposta de nova regra fiscal ainda no primeiro semestre, o ministro deveria começar desde já a sinalizar quais são premissas para a discussão, para além do mantra "credibilidade, previsibilidade e transparência" que vem sendo entoado desde a campanha.

Até hoje, por exemplo, o mesmo governo que promete acabar com o "sigilo de cem anos" ainda não deu publicidade aos relatórios finais de cada um dos grupos da transição -o da Economia tinha justamente

como uma das missões discutir possíveis formatos para um novo arcabouço fiscal no país.

Durante seu discurso de posse, o próprio ministro recorreu a analogias para dizer que o Brasil "precisa de timoneiros" e "de gente que tenha senso de direção". Mas é preciso que a tripulação também conheça o roteiro e tenha a certeza de que não há outras pessoas no porão querendo conduzir o barco para outro rumo.

Leia trechos comentados do discurso de Haddad na pág. A17

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50145&_mather=9ebddbc1bd0cc79c&_ga=2.108806340.718376219.1672726937-1566829382.1670636243

Lula, diversidade e dificuldades (Artigo)

Jorge J. Okubaro

Onovo governo caracteriza- se pela diversidade política, de gênero ou de outra natureza.

O que seria senão diversidade a presença no Ministério de nomes como Sonia Guajajara, Anielle Franco, Simone Tebet, Rui Costa, Fernando Haddad, Renan Filho e José Múcio?

É demonstração prática da "urgente e necessária" formação de "uma frente ampla contra a desigualdade que envolva a sociedade como um todo", que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou em seu discurso de posse.

Mas não terá Lula ido longe demais, numa interpretação um tanto indulgente da palavra diversidade, ao aceitar certas indicações partidárias?

Que dizer, por exemplo, da nomeação, para pastas responsáveis por políticas públicas essenciais, de políticos que aplaudiram sua prisão e até a antevéspera de sua posse apoiavam o ex-chefe de governo que deixou o cargo sem nenhuma dignidade?

Que não haja razões para arrependimentos, nem para dificuldades adicionais na tarefa de governar com serenidade um país ainda cindido e à espera de um pouco de paz.

Ressalve-se que nem a amplitude da aliança política que Lula articulou com habilidade lhe assegura a maioria dos votos nas duas Casas do Congresso.

Há contas diversas. Algumas envolvem a bancada inteira dos partidos representados no Ministério de Lula, outras computam apenas os votos certos.

Umas indicam que a maioria na Câmara terá sido assim alcançada praticamente no limite, outras, que ainda faltam quase 10% dos deputados para formar a maioria estável para facilitar a tarefa do novo governo no plano parlamentar. A maioria no Senado parece assegurada com certa folga.

Temas polêmicos requerem propostas urgentes do novo governo e sua aprovação dependerá de consistente apoio parlamentar, o que implicará negociações nem sempre amigáveis no Congresso, de configuração predominantemente hostil a Lula a partir de 1.º de fevereiro, quando se inicia a nova legislatura.

A **reforma tributária** é, no momento, o tema que sintetiza tanto a urgência como a complexidade dos problemas que exigem ações imediatas do Executivo. A disfuncionalidade, o excesso de normas e regras, as modificações impostas no último ano do governo Bolsonaro e que comprometeram parcela da arrecadação dos Estados - o que gerou dificuldades fiscais adicionais para os novos governadores, problema cuja resposta será cobrada da União -, a regressividade que aprofunda as desigualdades de renda, entre outras fragilidades do atual sistema tributário, clamam por sua mudança. A escolha, para conduzir essa reforma pelo lado do Executivo, de um economista experiente no tema e comprometido com a busca da eficiência e da justiça tributária como Bernard Appy é um sinal alentador.

Mas o governo não tem muito tempo para pensar. O fato de que nada poderá ser pior do que o rastro de incompetência e abandono que o governo anterior lhe deixou no aparelho estatal e em muitas políticas públicas abre-lhe a possibilidade de conquistar apoio com certa facilidade em algumas áreas. Mas há muito mais a fazer. A esperança que embalou a vitória eleitoral de Lula também lhe impõe a obrigação de dar respostas rápidas aos anseios da população, em particular aquela que depende muito de ações do governo para alcançar condições mínimas de sobrevivência.

O governo Lula também tem de dar respostas imediatas às mazelas e dificuldades com que o mundo o recebe. Economia a operar em ritmo de abatimento, **inflação** à espreita e pronta para emergir ameaçadora se maus caminhos forem escolhidos no campo fiscal, emprego em alta mas num processo de duração provavelmente modesta são apenas alguns panos de fundo de um cenário pouco luminoso; talvez sombrio em alguns pontos.

A pobreza diminuiu em 2022, em boa medida por causa do aumento do valor do benefício do Auxílio Brasil, agora novamente chamado de Bolsa Família.

Mas é preciso redesenhar partes do programa, para restituir-lhe o foco de modo a fazê-lo alcançar efetivamente os mais pobres e para dar-lhe maior eficácia.

Embora haja sinais de que a confiança do consumidor aumentou no fim do ano passado, as expectativas com relação a prazos mais longos podem estar se deteriorando, justamente por causa dos poderosos

desafios que o governo terá de enfrentar com presteza e eficiência.

Ainda não se conhecem propostas concretas para o enfrentamento da questão fiscal. Se novos déficits primários surgirem, parte da credibilidade, do apoio e da confiança de que o governo desfruta neste seu início começará a ser corroída. E não serão apenas os operadores do mercado que começarão a desconfiar, mas também a parcela responsável da população que votou em Lula. Governo confiável precisa atender aos anseios da população, mas precisa fazê-lo respeitando os limites financeiros do Tesouro.

Se teto de gastos "é uma estupidez", como disse Lula no discurso de posse, com o que pretende substituí-lo? Isso não é exigência de direitistas. É exigência para a sustentabilidade das políticas públicas.

JORNALISTA, É AUTOR, ENTRE OUTROS, DO LIVRO "O SÚDITO (BANZAI, MASSATERU!)" (EDITORA TERCEIRO NOME)

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Bolsa cai 3% e dólar vai a R$ 5,35 após primeiros atos de Lula na economia

Os primeiros atos do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), apontando para uma gestão mais intervencionista na economia, e a falta de maiores detalhes sobre qual será a agenda do ministro Fernando Haddad ligaram o sinal de alerta entre investidores no mercado financeiro.

Ontem, no primeiro dia útil após a posse de Lula, o Ibovespa - principal referência da B3, a Bolsa brasileira - registrou queda de 3,06%, aos 106. 376 pontos. O indicador foi influenciado pelo desempenho dos papéis de empresas estatais: as ações do Banco do Brasil perderam 4,23%, enquanto as da Petrobras recuaram mais de 6%. Já o dólar fechou em alta de 1,51%, cotado a R$ 5,3597.

A leitura dos analistas é a de que Lula não abordou no seu discurso de posse os principais pontos de atenção dos investidores com a economia brasileira, em especial sobre qual será a nova regra fiscal do País - em substituição ao teto de gastos - e sobre como o governo planeja encaminhar uma **reforma tributária**.

"Ao longo do ano, os mercados tentaram identificar o que pode vir a ser esse governo Lula 3 na economia. Na campanha (presidencial), o discurso era o mesmo, e o mercado já vinha precificando um pouco isso, mas sempre com aquela expectativa de que, depois da eleição, o discurso mudaria.

Mas ele não mudou", afirmou Silvio Campos Neto, economista da consultoria Tendências.

"É uma linha (de discurso) muito intervencionista, estatizante e que acredita nesse poder do Estado indutor." Na posse, Lula prometeu rever políticas mais liberais, como a reforma trabalhista e as privatizações de estatais, e chamou o teto de gastos de "estupidez".

O presidente também defendeu o controle pelo Estado de empresas estatais e de bancos públicos para preservar o "patrimônio nacional".

Ainda no domingo, Lula fez um "revogaço" de atos do expresidente Jair Bolsonaro.

Na economia, ele retirou do processo de privatização empresas como Petrobras, Correios e EBC. Ele também já manifestou o interesse em abandonar a paridade de preços internacionais adotada pela petroleira.

"Eu não sei de onde o mercado tirou a ideia de que o discurso de Lula seria diferente. Ele não mentiu para ninguém. O que o presidente disse ontem (domingo) é o que ele vem falando há 40 anos e nos últimos meses", afirmou Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

Leitura semelhança foi feita no mercado em relação ao discurso de posse de Haddad no Ministério da Fazenda, em cerimônia realizada ontem cedo.

Executivos destacaram que o novo ministro "tem tentado falar a linguagem do mercado", mas ainda sobram dúvidas sobre o seu grau de independência no cargo em relação ao grupo político próximo de Lula.

Haddad reafirmou que irá apresentar já nos primeiros dias do novo governo medidas econômicas necessárias para retomar a confiança de investidores.

Também disse que deve definir no primeiro semestre uma nova regra fiscal para o País. "Não estamos aqui para aventuras. Estamos aqui para assegurar que o País volte a crescer para suprir as necessidades da população em saúde, educação, no âmbito social e, ao mesmo tempo, para garantir equilíbrio e sustentabilidade fiscal", disse ele.

DISPUTA NO GOVERNO. Os investidores reagiram mal à decisão do presidente de editar uma medida provisória para renovar por dois meses a isenção dos **impostos** federais sobre a gasolina, e por tempo indeterminado para o diesel e gás de cozinha A decisão foi vista como uma derrota de Haddad dentro do governo. Antes da posse, ele havia pedido para o ex-ministro da Economia Paulo Guedes não prorrogar a desoneração de **impostos** sobre combustíveis, o que ajudaria a melhorar as contas públicas do governo, num cenário complicado depois da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição.

"Os discursos de posse do presidente Lula e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deixaram o mercado com o pé atrás, principalmente pela manutenção da desoneração dos combustíveis, ao contrário do que foi negociado por Haddad com o ex-ministro Paulo Guedes", disse Reginaldo Galhardo,

gerente de câmbio da corretora Treviso. "A percepção é de que pode haver forte interferência do presidente nas pautas econômicas", afirmou.

Na leitura de Vale, da MB Associados, Haddad não se coloca como um contraponto ao presidente Lula, uma vez que os dois pensam da mesma forma.

Ainda de acordo com ele, ambos estariam errados: o ministro, ao focar suas ações para equilibrar as contas públicas em aumento da arrecadação, em vez de privilegiar a redução de despesas; e o presidente, ao manter a desoneração pautado por critérios políticos.

"Se estivéssemos falando em uma prorrogação por 15 dias, tudo bem. Mas são dois meses. Na verdade, essa desoneração não era nem para ter acontecido. O erro de nascença é do governo anterior", afirma, considerando erro econômico e ambiental. Segurar preço de combustível sob o argumento de controlar a **inflação**, lembra Vale, foi um dos erros da gestão da ex-presidente Dilma Rousseff na visão do mercado.

No caso da atual desoneração, a medida foi adotada às vésperas da eleição pelo então presidente Jair Bolsonaro para tentar segurar os preços nas bombas e melhorar seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto. l FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, LUIZ GUILHERME GERBELLI, MARIA REGINA SILVA E SIMONE CAVALCANTI

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Retomada de obras anima setor, mas há preocupação com fiscal

Os primeiros sinais emitidos pelos novos ministros da área econômica, principalmente do novo titular da Fazenda, Fernando Haddad, foram vistos com um otimismo cauteloso por empresários e analistas. José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), considera relevante a retomada de obras.

- Estive na posse do Rui Costa (Casa Civil), e ele destacou dois pontos: retomada de obras e Minha Casa Minha Vida. Nos últimos anos, o investimento em infraestrutura próxima ao nosso dia a dia, em mobilidade urbana, estradas vicinais, ficou ausente. Isso nos soa muito bem.

Ainda assim, ele avalia que é preciso responsabilidade na condução desse movimento: - Que as obras venham com a velocidade possível dentro da responsabilidade fiscal. Temos o compromisso deles (do governo) de que haverá isso. Nas obras paralisadas, houve quatro erros principais: em qualidade de projeto, falta de pagamento, desapropriações e no licenciamento ambiental.

Na prática, diz Martins, o governo não terá "bala de prata". E terá de buscar soluções específicas caso a caso.

GANHO DE PRODUTIVIDADE O impulso à indústria é outro aceno do novo govemo, com a prometida **reforma tributária**, uma antiga demanda do setor no país. Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o desenvolvimento industrial (ledi), avalia que falar em revitalização "não é apenas fazer novamente o setor crescer de forma consistente": -É, sobretudo, acelerar um processo de ganho de produtividade e de sustentabilidade de suas atividades, ao que eu enfatizaria: reduzindo a heterogeneidade dentro do setor, já que temos empresas modernas e competitivas intemacionalmente e empresas ainda muito atrasadas. Isso demanda uma retomada de investi mentos e incorporação e desenvolvimento tecnológico.

Para caminhar nessa direção, continua Cagnin, é fundamental ter um ambiente macroeconômico saneado, com "combate à **inflação** e avanço da **reforma tributária**".

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, esteve na posse de Haddad ontem e disse que o discurso do novo ministro "agradou bastante".

-O mercado tem de entender. Ele foi nomeado, já é ministro. Não dá para ficar criticando e achando que só isso resolve. Pelo contrário, ele está bem intencionado, quer fazer, quer mudai; organizar. Vamos ajudar. O mercado tem de ajudar, e não especular.

O economista Cláudio Frischtak, à frente da Inter.B Consultoria, reconhece sinais em direção correta na economia, como em impulso à indústria, mas avalia que faltam detalhamento e atuação ampla para ter um efeito positivo. A **reforma tributária**, diz, é fundamental, mas não garante a reindustrialização. É preciso promover abertura comercial, reduzindo o protecionismo econômico, para aumentar o acesso a insumos, bens, serviços e profissionais.

Mas a suspensão de concessão de empresas e ativos estatais é criticado por Frischtak: -O ministro de Portos e Aeroportos (Márcio França) sinalizou que o Santos Dumont e o Galeão, que está sendo devolvido, podem não ser concedidos. Seria um desastre para o Estado do Rio, com aeroportos privados em todo o Brasil, e aqui (no Rio) estaremos sob as asas da Infraero. Retirar estatais do PPI sinaliza manter grandes estatais.

Já Martins, da Cbic, frisa que é preciso esperar detalhamento sobre a política em concessões e privatizações.

-O que temos é um decreto suspendendo processos para revisão. Não houve cancelamento. É natural que

o novo govemo queira ver como estão os projetos. É preciso ver exatamente como ficarão.

Por haver fatos adversos, como a perda de arrecadação que resultará de decretos assinados nos últimos dias de governo Jair Bolsonaro, continua Frischtak, é importante evitar mais adversidades: - O fiscal tem impacto na curva de juros, no câmbio, no mercado de capitais, que têm implicação em investimento, geração de emprego e renda. Incerteza macroeconômica e fragilidade fiscal têm impacto negativo na taxa de investimento. Poderia optar-se por um choque de investimento público, mas já vimos esse filme e foi um desastre.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

O que esperar da possível reforma tributária (Artigo)

Hugo Amano

Após as eleições mais disputadas da nossa história, temos um novo governo desde domingo, sendo que Lula é o candidato mais velho a assumir a Presidência brasileira e o único a ser eleito três vezes neste país. Embora a **reforma tributária** estivesse na agenda de ambos os candidatos, independentemente do resultado, o Brasil já esperava mudanças na área tributária, principalmente na legislação do imposto de renda e sobre bens e serviços.

Estudo recente divulgado pelo Valor apontou os três assuntos mais prioritários para o governo em 2023, segundo pesquisa com 154 CEOs do Brasil: 1- 76,1% dos respondentes consideram a **reforma tributária** como a principal prioridade; 2- 49% redução dos gastos públicos e; 3- 40% pacto nacional pela educação.

Esse estudo só reforça que o meio empresarial também apoia, anseia e aguarda uma ampla **reforma tributária** que favoreça o ambiente de negócios, tornando as empresas brasileiras mais competitivas, e que simplifique as obrigações empresariais.

O Brasil ainda ocupa a vexaminosa 1a colocação no ranking do Banco Mundial como o país no qual as empresas mais consomem horas, em média 1.501 horas por ano, para apurar e recolher **tributos**. Apenas como referência, a média mundial é de apenas 233 horas por ano. O país está entre as maiores economias do mundo e não pode mais ocupar essa incômoda posição em tal ranking, é preciso ter atitude e focar nas mudanças.

E quais são estas mudanças?

Quais são os impactos? Um projeto de reforma do imposto de renda pendente no Senado foi aprovado pela Câmara dos Deputados há mais de um ano, em 2 de setembro de 2021, mas a Casa não tomou nenhuma medida para levar o projeto adiante.

Estão também em discussão Projeto de Lei (PL 3887/20) e Propostas de Emenda à Constituição (45/19, 110/19, 07/20, entre outros) sobre a unificação dos **tributos** em relação ao consumo criando uma espécie de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), mas nenhum foi aprovado até este momento.

É um tema delicado e que requererá muita negociação, uma vez que o Brasil tributa o consumo nas esferas federal, estadual e municipal. Esta unificação exigirá uma exaustiva discussão entre as partes, bem como uma emenda constitucional, motivo pelo qual acreditamos que isso pode ser mais demorado do que a reforma do imposto de renda.

De acordo com o Plano de Governo e informações apresentadas por Lula e sua equipe durante a campanha, o governo pretende discutir a **reforma tributária** durante os primeiros seis meses de 2023 (embora isso não esteja claramente apontado no documento). O plano não dá tantos detalhes, mas indica que a reforma do imposto de renda e do consumo são prioridades, principalmente no contexto de uma das principais promessas do governo eleito, que é enfrentar a situação de pobreza esmagadora no Brasil e garantir um sistema tributário progressivo onde os ricos paguem mais **impostos** e os pobres menos.

O Plano de Governo diz, sem especificar como que proporá uma "**reforma tributária** sólida, justa e sustentável que simplifique os **impostos** e exija que os pobres paguem menos e os ricos paguem mais". Embora isso seja vago, há pistas. Declarações do próprio presidente eleito e de pessoas próximas dão conta de que uma das mudanças será a taxação sobre a distribuição de lucros e dividendos, que hoje não existe no Brasil. Outro ponto colocado no Plano de Governo é simplificar e reduzir os **impostos** sobre o consumo e diminuir a evasão fiscal.

O governo eleito tem atuado fortemente na PEC da transição e até o momento, não foi observado grande movimento nas reformas tributárias. Entretanto, o anúncio do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a nomeação do economista Bernard Appy, como assessor especial para **reforma tributária**, sinaliza que o governo PT realmente pretende acelerar a tramitação da reforma no Congresso.

Importante destacar que Bernard Appy é um dos diretores do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), criado em 2015, com o objetivo de desenvolver estudos e propostas que ajudem a simplificar e aprimorar o sistema tributário brasileiro e o modelo de gestão fiscal

do país. Appy tem se dedicado exclusivamente ao CCiF desde o início e é o responsável técnico pelo texto da PEC 45/19 apresentado à Câmara pelo deputado Baleia Rossi.

E qual o impacto do novo governo na adesão à OCDE? O que podemos concluir até o momento é que a transição de governo não deve afetar a adesão do Brasil à OCDE. Focando na área tributária da adesão, o alinhamento das regras de preços de transferência do Brasil com as diretrizes da OCDE está em andamento, com a expectativa de que as autoridades fiscais e o governo apresentem um projeto de lei nos próximos meses. A adoção pelo Brasil das regras de preços de transferência no padrão da OCDE já está definida, agora nos resta saber a partir de quando. A eventual aprovação de uma **reforma tributária** pode até enviar sinais positivos à OCDE, pois demonstra o esforço do Brasil em tornar o ambiente tributário mais favorável, competitivo e justo.

Embora não esteja clara qual **reforma tributária** exatamente será discutida durante os primeiros seis meses da presidência de Lula, não é provável que toda ela (imposto de renda e IVA) seja possível de ser concluída nesse período. O governo defende o faseamento das reformas tributárias, sendo possível entender que a maior prioridade seja a tributação dos lucros e dividendos e a eventual redução da alíquota do Imposto de Renda para empresas, uma vez que não é necessário modificar a Constituição para que estas alterações sejam implementadas.

No entanto, a agenda e as motivações ambiciosas do governo podem não estar necessariamente de acordo com a disposição e o humor do Congresso. O governo terá um desafio hercúleo pela frente e será necessário negociar (e muito) com deputados e senadores para formar as bases necessárias a gerir com eficácia as iniciativas de **reforma tributária** e outras mudanças planejadas no Brasil a partir de 2023.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
O que esperar da possível **reforma tributária**

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187423

Visão do Correio: Brasileiros querem resultados rápidos

Correio Braziliense

Boa parte dos ministros do governo de Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse ontem. Nos discursos de chefes de pastas como Fazenda, Saúde, Educação e Casa Civil, ficou claro o tamanho dos desafios que estão colocados e a visão de que o tempo para apresentar resultados é curto. Há, na população, uma expectativa enorme de que suas demandas sejam atendidas com rapidez. Se a nova administração, que tem como lema união e reconstrução , demorar para sair do discurso para a prática, a popularidade do atual ocupante do Palácio do Planalto tenderá a diminuir, minando possíveis negociações para a aprovação de projetos que exigem amplo apoio na Câmara e no Senado, como a **reforma tributária**.

Os compromissos assumidos são muitos. Na Fazenda, o titular, Fernando Haddad, se comprometeu a combater **inflação**, o pior imposto para os mais pobres, e abrir caminho para a redução dos juros. Para isso, assegurou que apresentará, ainda neste primeiro semestre, projeto para um novo arcabouço fiscal, que garantirá três condições básicas para o crescimento econômico sustentado, com geração de emprego e renda: transparência, confiança e previsibilidade.

Acrescentou que não sancionará aventuras. Ainda está latente na memória de muitos a nova matriz econômica de Dilma Rousseff, que levou o país à recessão, ao desemprego e ao descontrole de preços, abrindo caminho para o impeachment da petista.

Na Educação, o ministro Camilo Santana alertou sobre a necessidade de zerar o número de crianças de até cinco anos fora do sistema de alfabetização - pelo menos 650 mil estão nesta condição. Prometeu melhorar a qualidade do ensino, pois aumentou em 66% o número de estudantes de 6 e 7 anos que não aprenderam a ler e escrever, e reforçar a merenda escolar, já que, nos últimos anos, por causa do descaso do governo, alunos eram obrigados a dividir um ovo em quatro pedaços.

Sem uma boa educação, em tempo integral, não será possível que as próximas gerações, sobretudo as mais pobres, adentrem o mercado de trabalho, cada vez mais exigente e voltado para a nova economia.

Nomeada para a Saúde, a sanitarista Nísia Trindade afirmou que revogará, nos próximos dias, portarias e normas técnicas que afrontam a ciência, os direitos humanos e os direitos sexuais reprodutivos. A pasta, que trata de um direito básico previsto na Constituição, vinha optando, recentemente, por políticas extremamente conservadoras e pautadas pelo negacionismo.

A ministra destacou, ainda, a necessidade de se voltar todas as atenções para os jovens negros das periferias, que têm sido excluídos do Sistema Único de Saúde (SUS) por falta de visão governamental. A doença no Brasil tem cor, fruto do racismo estrutural , assinalou, comprometendo-se, também, a trabalhar em parceria com a sociedade civil.

O ministro Rui Costa, da Casa Civil, cobrou agilidade de todos os colegas do governo para entregar o quanto antes o que foi prometido por Lula. Disse que um de seus focos será a retomada de obras paradas, cujo número real ninguém sabe, pois registros foram deletados das estatísticas do governo - os grupos de transição falam em 14 mil empreendimentos.

Uma das prioridades será o término de imóveis que fazem parte do programa Minha Casa Minha Vida. Há imóveis prontos desde o governo de Dilma, mas que não foram entregues porque não houve preocupação das administrações seguintes de construírem acessos às moradias.

Promessas fazem parte de todos projetos políticos. Contudo, a sociedade está cansada de colher frustrações. O governo que acaba de assumir precisa mostrar, com urgência, que realmente está empenhado em atender aos anseios da população, sempre com toda a responsabilidade possível para que as alardeadas heranças malditas não se multipliquem.

É muito fácil jogar a culpa do fracasso no colo de adversários. Os eleitores, porém, estão vacinados em relação a essa estratégia ultrapassada. A hora é de falar menos e agir mais. Como disse Lula em seu discurso de posse: o Brasil tem pressa. Portanto, ao trabalho.

Cobertura do Correio Braziliense

Quer ficar por dentro sobre as principais notícias do Brasil e do mundo? Siga o Correio Braziliense nas redes sociais. Estamos no Twitter , no Facebook , no Instagram , no TikTok e no YouTube . Acompanhe!

Newsletter

Assine a newsletter do Correio Braziliense . E fique bem informado sobre as principais notícias do dia, no começo da manhã. Clique aqui.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Brasileiros querem resultados rápidos

Site:
http://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2023/01/5063347-visao-do-correio-brasileiros-querem-resultados-rapidos.html

Por que há desconfiança do mercado financeiro em relação a Lula?

Por BBC

No dia 10 de novembro, em sua primeira visita à sede da transição de governo, Luiz Inácio Lula da Silva falou pela primeira vez sobre a condução da economia em seu terceiro mandato.

De forma vaga, ele criticou a ideia de disciplina fiscal: Por que as pessoas são obrigadas a sofrer para garantir a tal da responsabilidade fiscal deste país? Por que toda hora falam que é preciso cortar gastos, é preciso fazer superávit, é preciso cumprir teto de gastos? .

Vamos mudar alguns conceitos, muitas coisas consideradas como gasto temos que passar a considerar investimento , concluiu.

Foi o suficiente para derrubar a bolsa e fazer o dólar subir. Depois de cair para algo próximo de R$ 5 após o segundo turno, a moeda americana registrou alta de 4,1% naquele dia, cotada a R$ 5,39.

Uma semana depois, na Conferência do Clima da ONU, Lula falou sobre a reação com um comentário que mais uma vez desagradou o mercado: Você tenta desmontar tudo aquilo que faz parte do social e não tira um centavo do sistema financeiro. Se eu falar isso, vai cair a bolsa, o dólar vai aumentar? Paciência .

No primeiro dia útil de 2023, os primeiros anúncios do novo governo também foram mal recebidos. Na segunda (2/1), o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, fechou em queda de 3% e o dólar bateu R$ 5,35, com alta de 1,5%.

O sobe e desce nos preços de ativos brasileiros nos dois meses de transição levou muita gente a se perguntar se o mercado financeiro exagera no pessimismo com Lula - especialmente porque o antecessor, Jair Bolsonaro, furou o teto de gastos em R$ 795 bilhões no decorrer dos últimos quatro anos.

A resposta - que não se limita a um simples sim ou não - passa pela discussão sobre as engrenagens que movimentam o mercado financeiro e pela maneira como são construídas as expectativas que norteiam os investidores.

A BBC News Brasil conversou sobre esses temas com quatro economistas.

O que move o mercado

De forma geral, a agenda do mercado financeiro costuma estar alinhada com a de políticos de centro e de direita: maior controle sobre o gasto público e menor participação do Estado na economia.

Mas não são as ideologias o substrato por trás das decisões que formam os preços, diz Filipe Campante, Bloomberg Distinguished Associate Professor na Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos.

Um mercado com tamanho e volume como o de títulos da dívida, de câmbio, é uma agregação de inúmeras decisões que estão sendo tomadas basicamente com o intuito de ganhar dinheiro. Todos esses indivíduos têm seus vieses, seus interesses, mas, individualmente, eles não estão formando preço.

A ideia é que, sozinhos, os investidores não conseguem mover o dólar para cima ou para baixo, por exemplo. Assim, o principal motor por trás de suas decisões é essencialmente obter o máximo possível de retorno dentro de um determinado perfil de risco.

Formação das expectativas

A questão é que muitas dessas decisões estão baseadas em expectativas, que se constroem, por sua vez, sobre previsões para o futuro (sobre o cenário internacional, o preço de commodities, a **inflação**, o **PIB**.) que levam em consideração uma miríade de fatores - e que podem, no fim das contas, estar erradas ou certas.

Nesse sentido, Robin Brooks, economista-chefe do Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês), acredita que os brasileiros são sistematicamente mais pessimistas do que a média dos agentes econômicos.

Quando conversamos com clientes e investidores brasileiros, metade do tempo eles costumam ser muito negativos - e estão mais ainda agora , disse ele, que falou à BBC News Brasil poucos dias antes da posse.

No caso específico de Lula, a ideia geral é de que o cenário em que o ex-presidente inicia o terceiro

mandato é bastante diferente do que ele encontrou em 2003: em vez do boom de commodities que permitiu a expansão do gasto social, em 2023 o mundo caminha para uma recessão com **inflação** alta e preços elevados de combustíveis. Se Lula tentar seguir o mesmo roteiro do passado, a dívida pública pode sair do controle, com consequências desastrosas para a economia.

Eu consigo entender porque as pessoas se preocupam com isso, mas [para chegar nesse ponto] é preciso extrapolar para frente a tomada de muitas decisões equivocadas , comenta.

Ele acrescenta que o nível da dívida pública brasileira, na casa dos 75% do Produto Interno Bruto (**PIB**), é maior do que o observado entre mercados emergentes, mas ainda bastante inferior ao de economias do G10 como o Reino Unido, por exemplo, que chegou a 100% do **PIB** neste ano.

Acho que o Brasil tem, sim, algum espaço fiscal. O cenário para as contas externas é favorável. Então a pergunta é o quanto um novo governo Lula vai explorar isso - e se vai acabar indo longe demais.

Parte dos analistas, contudo, não acha que o Brasil disponha de espaço fiscal para crescer os gastos, e viram na nomeação de Fernando Haddad para o Ministério da Fazenda e de Aloizio Mercadante para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - duas indicações políticas, e não técnicas - uma sinalização de que o foco do governo não será diminuir ou melhorar a qualidade do gasto público.

Em um relatório recente, o economista Marcos Casarin, da Oxford Economics, avalia que os sinais enviados por Lula indicam uma reversão da política econômica atual, com flexibilização do teto de gastos e perda de autonomia de bancos e empresas estatais.

Ele cita, nesse sentido, a mudança a toque de caixa da Lei das Estatais, que reduziu de três anos para 30 dias o período de quarentena para que políticos e dirigentes partidários possam ocupar cargos em estatais e agências reguladoras - algo que, na prática, abriu espaço para indicações políticas nessas organizações.

O novo cenário o levou a reduzir para zero a projeção para o **PIB** do Brasil no próximo ano. Para efeito de comparação, o IIF estima crescimento de 1,8% para o mesmo indicador - a diferença ilustra um pouco como as expectativas calibram a formação das estimativas para os indicadores econômicos.

E Bolsonaro?

Sobre a postura do mercado em relação ao antecessor de Lula, Jair Bolsonaro, Brooks avalia que os investidores brasileiros reagiram, sim, à deterioração do cenário fiscal sob o agora ex-presidente, um pessimismo que se manifestou na trajetória de aumento do dólar, por exemplo.

Em 2021, eram os investidores brasileiros que estavam vendendo [suas posições] mais intensamente - não eram os estrangeiros. Lembra quando o dólar quase bateu R$ 6? Isso foi reflexo de um movimento de venda por parte dos brasileiros, fruto de um pessimismo em relação à pandemia e à forma como o combate a ela estava sendo conduzido.

O economista-chefe para mercados emergentes da Capital Economics, William Jackson, cita o mesmo período quando questionado pela reportagem sobre uma possível condescendência dos mercados em relação ao ex-presidente.

Junho, julho de 2021, a percepção sobre Bolsonaro nos mercados certamente piorou.

Ele compara o cenário daquele momento com o de 2019, quando Bolsonaro assumiu e, alguns meses depois, o Brasil aprovou a Reforma da Previdência que tinha começado a tramitar no governo de Michel **Temer**.

As perspectivas eram positivas, havia uma agenda que abordava alguns dos principais problemas do país, com reformas - mas a pandemia mudou tudo.

Nem lembro quantas vezes pensei que a **reforma tributária** e administrativa seriam finalmente pautadas.

Na visão do economista, o pacote de enfrentamento à pandemia, mais especificamente o programa Renda Brasil (que depois se tornaria Auxílio Brasil), mostrou a Bolsonaro que ele poderia tentar aumentar sua popularidade turbinando o gasto público, e que havia caminhos para contornar o teto de gastos que limitava as despesas do governo.

Acho que na segunda metade de 2021 a gente pode observar uma reação bastante ruim do mercado financeiro brasileiro a essas políticas.

Nesse sentido, Filipe Campante avalia que a reação talvez não tenha sido pior porque houve uma interpretação de que o aumento dos gastos sociais era uma medida claramente eleitoreira .

Na hora em que fosse preciso cortar, ele acrescenta, a gestão Paulo Guedes sairia cortando tudo radicalmente , como fez em outros momentos - o que,

se não é algo sustentável do ponto de vista da gestão de políticas públicas, segura o aumento da dívida pública e agrada os investidores.

Para Campante, ainda que as movimentações do mercado se baseiem em premissas que não necessariamente estejam corretas, é importante prestar atenção às informações contidas no sobe e desce de preços porque, no fim do dia, tudo isso acaba tendo desdobramentos na economia real.

Se o dólar sobe, ele vai ter impacto na **inflação**. Os preços afetam o ambiente no qual o governo toma decisões.

A nova equipe econômica

Martín Castellano, economista-chefe para América Latina do IIF, afirma que os anúncios sobre a equipe econômica que passa a compor o novo governo e os eventos dos últimos dias antes da posse trouxeram boas e más notícias .

A indicação de Haddad e Mercadante frustrou as expectativas daqueles que esperavam nomes técnicos para o primeiro escalão.

Por outro lado, figuras menos ligadas à política e mais ao mercado começam a aparecer em outras posições. O número dois de Haddad, por exemplo, é Gabriel Galípolo, que presidia o banco Fator e agora assume a secretaria-executiva do Ministério da Fazenda. Marcos Barbosa Pinto, por sua vez, que estará à frente da Secretaria de Reformas, foi sócio de Armínio Fraga na Gávea Investimentos.

Também entre os sinais positivos, Castellano cita o possível contraponto do Congresso ao Executivo, como já aconteceu na tramitação da PEC da Transição: após passar pelo Senado e pela Câmara, o valor para ampliação do teto de gastos caiu de R$ 198 bilhões (a proposta inicial do governo) para R$ 145 bilhões. A duração também foi reduzida, de quatro anos para um ano.

William Jackson, da Capital Economics, também avalia que o Congresso pode acabar moderando algumas das propostas do Executivo e, por consequência, desacelerar o ritmo de aumento de gastos.

Entre os possíveis pontos positivos da nova gestão, ele coloca a política ambiental e de relações exteriores, que podem trazer benefícios ao Brasil.

Em sua visão, a demora do então presidente eleito para anunciar um ministro da Fazenda, o que só ocorreu em 9 de dezembro, e a ausência de informações mais concretas sobre a política econômica durante a transição deixaram os investidores sem uma âncora para suas expectativas. Isso pode ter contribuído para a volatilidade dos preços observada nos mercados nos últimos dois meses, diz ele.

Acho que aquela ideia de que Lula seria mais pragmático que circulou nos primeiros dias após a vitória pode ter sido exagerada , acrescenta.

Para o economista, o primeiro governo Lula teve esse perfil em grande medida porque as condições financeiras na época permitiram - um cenário que não se repete hoje.

Além disso, ele complementa, em 2003 Lula teve de convergir mais para o centro para conter os efeitos negativos que as incertezas sobre seu governo poderiam gerar. Com a alta significativa do dólar durante a disputa eleitoral, ele decidiu agir rápido para comunicar que a intenção não era implodir o modelo econômico que tinha vigorado no país até então, mas reformá-lo.

Robin Brooks, que é conhecido pelas estimativas geralmente mais otimistas que a média sobre o Brasil, recomenda ao governo eleito observar em alguma medida o que pedem os mercados, com um pouco de ortodoxia , e os frutos virão com aumento dos fluxos de capital que vão melhorar as condições financeiras e permitir que o país cresça mais.

Eu sou um pouco filosófico sobre essas negociações fiscais...é um governo novo, que quer deixar sua marca, mas continuo esperançoso. No fim, um grande tema que eu acho que os mercados passaram a focar neste ano foi a democracia. E estamos tendo uma transição pacífica de governo, depois de uma eleição bem apertada. Isso é fundamentalmente positivo.

Entre as declarações e ações do novo governo que repercutiram de forma negativa nos últimos dias estão a menção de Lula ao teto de gastos em seu discurso de posse - o presidente chamou o mecanismo de estupidez e disse que ele seria revogado - e o anúncio na segunda (2/1) de que a isenção de **impostos** federais sobre os combustíveis seria prorrogada. Também foi mal recebida a determinação do novo presidente de revogar os processos de privatização de oito estatais, entre elas os Correios.

Este texto foi publicado em https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64072279

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
Por que há desconfiança do mercado financeiro em relação a Lula?

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/03/entenda-a-desconfianca-do-mercado-financeiro-em-relacao-a-lula.ghtml

Por que há desconfiança do mercado financeiro em relação a Lula?

Vejo também

Haddad quer discutir reformas tributária e fiscal com Congresso a partir de abril

BRASÍLIA (Reuters) - O governo pretende começar a discutir as reformas tributária e fiscal com o Congresso a partir de abril, disse nesta terça-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, argumentando que é necessário aguardar a posse dos novos parlamentares em fevereiro e a formação de bancadas e comissões temáticas no Legislativo.

Em entrevista ao portal Brasil 247, Haddad ponderou que as medidas podem ser apresentadas antes, ainda no primeiro trimestre.

Segundo ele, o governo deve começar a **reforma tributária** com a análise dos **impostos** indiretos, que incidem sobre o consumo, e depois partir para as cobranças diretas, como o Imposto de Renda.

(Por Bernardo Caram)

Site:
https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/01/03/haddad-quer-discutir-reformas-tributaria-e-fiscal-com-congresso-a-partir-de-abril.htm

Lula critica desigualdade 19 vezes em seu discurso de posse no Planalto

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL***

Dentre os diversos temas abordados no discurso de posse de Lula, no Palácio do Planalto, o combate à desigualdade foi sem dúvida um dos mais chamativos.

Não à toa, o presidente expressou preocupação com o assunto em nada mais, nada menos que 19 oportunidades.

É inadmissível que os 5% mais ricos deste país detenham a mesma fatia de renda que os demais 95%. Que seis bilionários brasileiros tenham uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país , disse Lula, logo de início.

É possível fazer duas interpretações sobre o discurso. A primeira é considerá-lo um mero truque de retórica para inflamar a base.

A segunda é encará-lo como uma sinalização de que encurtar a distância entre ricos e pobres deverá mesmo ser uma prioridade do terceiro mandato do presidente.

Para tanto, Lula precisa estar disposto a encarar a dificílima missão de aprovar uma **reforma tributária** que, enfim, cobre mais dos mais ricos .

Os defensores do presidente podem argumentar que, ao longo dos governos petistas, a renda do andar de baixo avançou a um ritmo superior à do andar de cima.

É verdade. Entre 2004 e 2014, o crescimento anual da renda per capita entre os 10% mais pobres foi de 7,74%. Já entre os 10% mais ricos o avanço mais tímido: 3,49% .

Esse processo é explicado, em boa medida, pela política de valorização do salário mínimo e pelo investimento em programas de transferências de renda -receitas que, por sinal, o presidente já anunciou que voltará a ministrar em seu novo governo.

Por outro lado, também é verdade que Lula deixou de aproveitar seu amplo capital político, refletido na taxa de quase 90% de aprovação de seu segundo mandato, concluído em 2010, para fazer uma **reforma tributária** capaz de atacar de vez as raízes da desigualdade.

O resultado dessa lacuna é a persistência de distorções que beiram o surrealismo. Hoje, apenas 0,1% de brasileiros concentra dois terços de todos os rendimentos isentos de **tributos** no país.

Ou seja, tem gente muito rica pagando muito menos imposto do que deveria. Um exemplo concreto: Segundo a **Receita Federal**, um único cidadão brasileiro ganhou R$ 1,4 bilhão no ano de 2019. Desse total, R$ 1,3 bilhão foram declarados como livres de **tributos** .

É um alento que o combate à desigualdade volte ao dicionário político do país.

Nos últimos anos, essa agenda foi deliberadamente esvaziada, sob o clichê de que bastaria retirar o Estado das costas dos empreendedores para que o país voltasse a decolar.

Evidentemente, temos muito a avançar em termos de eficiência e desburocratização. Mas, acima de tudo, é preciso reabilitar a ideia de justiça social como objetivo final do governo.

Site: https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2023/01/03/lula-critica-desigualdade-em-seu-discurso-de-posse.htm

"Não é revanchismo, mas pessoas cometeram crimes e devem ser punidas"

Arthur de Souza

ENTREVISTA | Fábio Félix, deputado distrital (PSol)

Deputado distrital reeleito para a próxima legislatura na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), com a maior votação da história da Casa, Fábio Félix (PSol) falou sobre a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Para a jornalista Mariana Niederauer, no CB.Poder - parceria do Correio com a TV Brasília -, o parlamentar ressaltou a importância de que haja justiça de transição.

"Tem muitas pessoas que cometeram crimes graves, nesse último período, e que não responderam por eles. A nossa história recente mostra que, quando não há justiça de transição, como no caso da mudança da ditadura civil militar brasileira para a democracia, você tem esquecimento e fragilidades na construção democrática", frisou. "Não se trata de revanchismo, mas de justiça para que esses crimes não sejam mais cometidos", destacou Félix.

que representou a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a esquerda e para todos que estavam ansiosos por essa mudança de governo?

Acho que foi um momento muito marcante.

É uma virada de página nesse país. A gente atravessou quatro anos difíceis, pela pandemia e por causa de um governo de extrema direita, que deixou muito a desejar em várias pautas. Na verdade, deixar a desejar é um eufemismo, cometeu crimes na condução de muitas políticas públicas.

A principal delas foi na área de saúde, na gestão da pandemia. Mas tem outros escândalos, como os decretos de 100 anos de sigilo em documentos importantes e o desmonte da Lei de Acesso à Informação.

Então, essa virada de página é um respiro, é oxigênio para a política e para a democracia brasileira.

O que representou, para toda a comunidade LGBT QIA+, e para seu partido, que tem essa pauta de direitos humanos, essa simbólica subida na rampa?

O ex-presidente da República não combinava com a posse de 1º de janeiro de 2023. Inclusive, foi uma boa escolha ele ter ido embora antes, porque a posse ficou muito mais bonita e mais leve. Acho que a escolha de representantes de movimentos sociais da sociedade civil, simbolizando diferentes segmentos da população, foi fundamental na posse. Deu voz e mostrou que é um governo que vai precisar da participação da sociedade. A gente sabe que o governo, muitas vezes, tende a uma certa estabilização, mesmo no gerenciamento cotidiano das políticas públicas. Então, a participação ativa da sociedade civil, dos movimentos sociais e a pressão cotidiana das ruas, é fundamental para que o governo funcione, e para que ele tenha apoio, sustentação, em momentos decisivos, para tomar decisões importantes que enfrentem a desigualdade social. Acho que um tópico muito dito nos discursos do presidente Lula, foi esse enfrentamento à desigualdade social e tirar, novamente, o Brasil do mapa da fome.

Nesse sentido, a escolha de Fernando Haddad (PT), por exemplo, para o Ministério da Economia, foi uma boa indicação?

Acho que, em termos gerais, o ministério traz alguns elementos interessantes, como mais representatividade. Isso é fundamental e natural, a escolha de um nome como Haddad, por ser alguém de dentro do PT, com muita proximidade com Lula e que fez uma campanha importante para o presidente em São Paulo. Ele também é um nome técnico, que tem conhecimento na área econômica, que tem trânsito nos ciclos políticos. É natural essa escolha e acho que tem bons quadros nos ministérios, como por exemplo, o Ministério dos Povos Indígenas, com a nomeação da Sônia Guajajara.

Que, inclusive, foi a primeira empossada, quebrando um pouco o protocolo...

É porque, historicamente, os povos indígenas estão silenciados da institucionalidade.

Agora, temos a Sônia Guajajara comandando o ministério e a Joênia Wapichana como presidente da Funai, que também é um fato histórico. Você vai ter os povos indígenas comandando as políticas públicas indigenistas do país. Acho que isso é um passo importante. Agora, obviamente, que não me iludo com criação de ministério. Pois muitas vezes pode virar algo protocolar, se não tiver estrutura e orçamento. Por isso, cabe fazermos a pressão política para que os ministérios possam funcionar, para que as demandas dos povos indígenas brasileiros possam ser atendidas.

Como o PSol pretende debater a igualdade de gênero com o governo federal?

Vejo que o discurso de Lula foi muito marcante em três pontos: no enfrentamento à desigualdade social; no enfrentamento a outras desigualdades históricas, como a de gênero e a questão racial; e o último ponto foi que ele chamou a responsabilidade de justiça de transição, ou seja, quem cometeu crime, nos últimos quatro anos, como ilegalidades na condução do Estado e do Executivo, deve responder. Acho que isso é fundamental para que, com a justiça sendo feita, esses crimes não sejam repetidos. A história nos ensina que isso é algo importante. No entanto, senti falta em todos os discursos, de uma menção à comunidade LGBTQIA+.

Nós ainda estamos em um dos países que mais mata LGBTs do mundo. Então, a proteção à vida desse segmento é fundamental.

A gente tem visto que, do ponto de vista da democracia, é preciso falar sobre o tema.

Acho que dar visibilidade é fundamental. Os Estados Unidos, pela mão do próprio presidente Biden, aprovou o casamento igualitário no Congresso, com apoio de parte dos republicanos. Isso mostra que temos furado bolhas no sentido de garantia da cidadania da população LGBT+. Então, a gente quer ver isso também na boca do presidente Lula, a defesa dos direitos LGBTs. A criação da Secretaria LGBT é um avanço, mas a gente quer ver isso também como prioridade na gestão governamental.

Ter nomes como Silvio Almeida e Symmy Larrat à frente do Ministério dos Direitos Humanos e da Secretaria de Promoção e Defesa das Pessoas LGBT QIA+, respectivamente, é simbólico?

Importantíssimo. Mas, como disse em outros temas, a criação de uma secretaria ou de um ministério, não quer dizer que o tema seja, necessariamente, priorizado.

Digo isso porque, o meu papel como parlamentar e ativista do movimento social é cobrar e ajudar a realizar. A gente viu que, em outros momentos da história, a nossa pauta foi rifada. Então, não queremos ver essa história se repetir. A gente vai batalhar muito para que essa secretaria funcione e para que os LGBTs tenham voz. Também é importante que o segmento LGBTQIA+ brasileiro possa se organizar, se posicionar e que tenha os direitos preservados neste país. Temos avanços importantes.

Vamos ter agora, por exemplo, Erika Hilton (PSol), a deputada federal trans lá na Câmara dos Deputados. Isso é simbólico, uma trans negra de São Paulo, muito bem votada, representando o segmento LGBTQIA+ em um Congresso Nacional superconservador.

Não tem mudança cultural nessa área, se não tem discussão na escola.

Não se trata de querer convencer ou incidir na sexualidade, orientação sexual ou identidade de gênero de ninguém, mas de, dentro do campo da educação, defender uma educação que seja para a diversidade, o respeito e a tolerância. Isso é fundamental e a gente quer fazer.

Quando estava se falando, durante o discurso, de criminalização, o público que estava na Praça dos Três Poderes pediu: "Sem anistia!" Isso vai ser um uma das pautas discutidas no governo, para quem cometeu esses crimes durante o governo Bolsonaro? Existe alguma articulação nesse sentido?

Com certeza! A gente tem defendido que o PSol tenha como prioridade a luta pela punição e justiça de transição no próximo período. Hoje (ontem), pedimos a prisão preventiva de Bolsonaro, e a gente acha que é importante que haja justiça de transição. Tem muitas pessoas que cometeram crimes graves, nesse último período, e que não responderam por eles. A nossa história recente mostra que, quando não há justiça de transição, como no caso da mudança da ditadura civil militar brasileira para a democracia, você tem esquecimento e fragilidades na construção democrática.

A memória é fundamental e pedagógica para a transformação de um país.

Não se trata de revanchismo, mas de justiça para que esses crimes não sejam mais cometidos, por exemplo, na condução de uma pandemia. A gente é o país que,

proporcionalmente, mais matou no mundo (por causa da doença). Isso é um absurdo e tem a ver com a ausência completa do Estado e com a tentativa de destruir o nosso Sistema Único de Saúde (SUS). Por isso é importante ter a justiça de transição.

Na Esplanada dos Ministérios, em frente ao QG do Exército, tem os acampamentos de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que protestaram contra o resultado das urnas e ficaram muito tempo mobilizados. Houve vários episódios. Como que você, como deputado distrital, acompanhou a responsabilização por esses atos?

A gente acompanhou, desde o início, esse processo. Do ponto de vista político, o ex-presidente e o seu grupo tentaram criar uma narrativa fascista de que as urnas eletrônicas não computam os votos de forma correta. Apesar de terem sido eleitos vários senadores, deputados e governadores que se alinham com sua bancada.

O DF tem várias pessoas desse campo político diplomadas pela Justiça Eleitoral.

Tentaram fazer esse discurso e criaram uma narrativa, para mim criminosa, e incendiaram o segmento da população com o discurso golpista. Após a eleição, esse grupo começa a se organizar e fazer manifestações em frente aos quartéis das Forças Armadas, em diferentes lugares do país, o que é grave. Uma coisa é a manifestação legítima, dentro do que está colocado na Constituição, outra coisa é uma manifestação que pede uma intervenção ou um golpe de estado pelas Forças Armadas.

Essas manifestações foram ganhando escala de violência e de radicalização. Tivemos o 12 de dezembro, que foi um dia de terror em Brasília, com queima de ônibus e de carros, com estouros, ameaças civis, algo gravíssimo e ninguém preso, uma atuação passiva das forças de segurança. Duas delegacias depredadas, uma unidade da Polícia Federal e a 5ª DP (Asa Norte). Teve gente queimando ônibus e que podia ser preso por tentativa de homicídio e não foi.

Depois, outras manifestações e ameaças de bombas aconteceram, algo grave que foi aumentando porque o ex-presidente da República era conivente. A gente lutou para que aquilo (acampamento) também fosse retirado: oficiamos o Comando do Planalto e a Secretaria de Segurança Pública.

Todo mundo jogava a bola um para o outro e não resolvia o problema do QG do Exército. Aquilo não era uma manifestação pacífica, mas sim, como disse o ministro Flávio Dino, uma incubadora de terroristas, porque várias ações foram formuladas e elaboradas a partir daquela manifestação. Agora, acho que virou a página, espero que essa manifestação acabe e é intolerável que, no Estado Democrático de Direito, aquele nível de violência seja utilizada. Ainda mais com uma pauta que é o fim do Estado Democrático e o não reconhecimento das urnas, além do impedimento daqueles que foram eleitos pelo voto popular de tomar posse.

A gente tem o ex-ministro da Justiça Anderson Torres voltando ao cargo de secretário de Segurança Pública do DF.

Você considera que não foi a melhor escolha, por parte do governo Ibaneis Rocha (MDB)?

Sem dúvida, sempre disse isso muito claramente. Não se trata de uma questão pessoal, mas sim uma questão política.

O ministro Anderson Torres fez uma opção política de virar braço direito do ex-presidente Bolsonaro e de conduzir, por exemplo, processos muito graves de criminalização de jornalistas, dentro do Ministério da Justiça. Ele abriu inquérito contra pesquisas eleitorais. Foi por ordem de ofício do ministro Anderson Torres, que se abriu inquéritos contra o Datafolha, IPEC e outros institutos de pesquisa do país durante as eleições. Ele fez o uso da máquina pública, por meio da Polícia Rodoviária Federal, realizando centenas de operações, no dia da eleição, nas regiões onde o presidente Lula tinha mais votos. Ele fez uma opção política de ficar em silêncio em vários momentos quando atos terroristas aconteceram na cidade ou se posicionar de forma muito passiva. Essa foi uma opção política.

Como é que esse ex-ministro da Justiça agora vai ser secretário de Segurança Pública do quintal do presidente Lula e da sede nacional desse país, que é Brasília?

Acho que é um gesto muito ruim e equivocado, do governador Ibaneis Rocha, que, ao mesmo tempo em que fez um discurso de conciliação com o Lula na sua posse, traz o ex-ministro Anderson Torres para voltar à Secretaria de Segurança Pública. Acho muito ruim. É um gesto, do meu ponto de vista, até de rompimento de relações com o governo federal, em certa medida.

Você vai continuar à frente da Comissão de Direitos Humanos e provavelmente, agora, fazendo uma dobradinha com o Max Maciel (PSol), também do seu partido, na Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana?

Primeiro, sobre os direitos humanos, ela tinha uma média de 40 a 80 denúncias por ano e, agora, tem

1.000. É uma comissão ativa, com participação da sociedade para que as coisas melhorem. A gente quer continuar, nos próximos dois anos, trabalhando nesse espírito. Na pauta de transporte, vinha denunciando muito os repasses milionários das empresas, que não têm transparência. Sou favorável ao subsídio, porque acho que o transporte público é direito do cidadão. O Estado tem que financiar, por meio de **impostos**, e garantir, inclusive, a tarifa zero. É possível que haja tarifa zero e passe livre e vamos lutar, na comissão, por esse tema junto ao nosso companheiro Max Maciel.

Medidas de Bolsonaro custarão até R$ 15 bi

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que as medidas tomadas no apagar das luzes do governo Jair Bolsonaro custarão entre R$ 10 bilhões e R$ 15 bilhões à gestão Lula. Esse impacto é dado como "irrecuperável" e independe da revogação de qualquer ato, como as anulações que já começaram a ser feitas pelo Executivo.

- (O impacto é) entre R$ 10 bilhões e R$ 15 bilhões, considerando o que nós imaginamos hoje que é irrecuperável, a não ser que haja uma suspensão das medidas pelo Judiciário - afirmou, em rápida conversa com jornalistas após tomar posse. -O prejuízo está feito.

O governo Bolsonaro tomou, em sua última semana, uma série de medidas com impacto sobre as contas públicas, por meio de isenções. A antiga gestão zerou, por exemplo, as alíquotas de PIS e Cofins do setor aéreo. Outra medida adotada foi a redução de imposto do chamado preço de transferência das multinacionais (uma forma de calcular o lucro dessas companhias para fins de re colhimento de **impostos**) e das alíquotas do IOF para compras internacionais.

EFEITO POR 90 DIAS No penúltimo dia de 2022, o governo Bolsonaro ainda reduziu à metade o imposto cobrado sobre as receitas financeiras das empresas que adotam a tributação do lucro real, as maiores do país. Isso tem um impacto estimado de R$ 5,8 bilhões nas receitas do primeiro ano da gestão de Lula. Essa medida foi revogada ontem, mas seus efeitos devem perdurar por pelo menos 90 dias.

Todas essas medidas terão um impacto de até R$ 15 bilhões este ano, de acordo com Haddad, independentemente de serem revogadas ou não.

Mesmo com a revogação, o i mpacto ocorre porque, legalmente, isso é considerado um aumento de imposto. Pelalei, uma redução da carga pode ter aplicação imediata, mas a elevação requer um prazo de antecedência -ainda que o ato de revogação seja editado em pequeno intervalo de tempo.

Em alguns casos, é exigida a chamada "noventena", isto é, o aumento só pode ser aplicado 90 dias após a publicação da medida. Em outros, é imposta a "anterioridade anual": os efeitos só se aplicam no ano seguinte ao da edição do ato. A equipe de Haddad analisa quais atos terão impactos em 90 dias ou em um ano.

- Há algumas dúvidas sobre a questão de anterioridade e tem uma certeza sobre a questão da noventena, que é o tempo que você vai perder de arrecadação - disse Haddad.

No discurso de posse, o novo ministro já havia criticado a herança deixada por quem ele classificou de "patriotas que deixam o poder". A nova equipe econômica trabalha agora para tentar reverter parte do rombo.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

"Revogaço" busca corrigir erros do governo anterior (Editorial)

Foi positiva a maior parte dos decretos, medidas provisórias e despachos assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva horas depois de tomar posse no domingo. Chamadas de "revogaço", as medidas buscaram desfazer parte das políticas equivocadas adotadas pela administração anterior em temas como meio ambiente, armas e transparência.

Publicado ontem no Diário Oficial, um decreto restabeleceu o funcionamento do Fundo Amazônia, voltado para a preservação da floresta com a ajuda de doações de países europeus. Já era hora. No primeiro ano de seu governo, Jair Bolsonaro havia promovido a extinção dos comitês responsáveis por gerir os recursos do fundo. Com isso, R$ 3,2 bilhões ficaram sem destinação, um tremendo contrassenso.

Ainda na área ambiental, Lula acertou ao recriar o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Des-matamento na Amazônia Legal, instituir uma comissão interminis-terial para cuidar do assunto e endurecer os processos de apuração de infrações em diferentes biomas.

É certo que o trabalho de reverter os erros dos últimos quatro anos exigirá uma dedicação longa e metódica, mas é alvissareiro o fato de que, já no primeiro dia, foram tomadas decisões que dependiam de um ca-netaço. Isso ficou claro no decreto que buscou combater a venda indiscriminada de armamentos, uma das bandeiras do bolsonarismo.

Veio em boa hora a suspensão de registros para a aquisição e transferência de armas e munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares. Desde 2019, não foram poucas as vezes em que esse tipo de armamento acabou caindo na mão de criminosos. O novo governo também reduziu a quantidade de armas e munições de uso permitido que pode ser adquirida, suspendeu novas concessões para clubes de tiro até que seja criado novo regulamento e proibiu o transporte de armas carregadas com munição.

Cumprindo promessa de campanha, Lula determinou que a Controladoria-Geral da União (CGU) avalie sigilos **impostos** pelo governo Bolsonaro. O órgão terá 30dias para dar uma resposta. É pouco provável que não haja revisão.

Entre os documentos já assinados por Lula, pelo menos um desperta preocupação. Mesmo diante de críticas do Ministério da Fazenda, uma medida provisória manteve a isenção de **impostos** federais sobre combustíveis. A desoneração de gasolina e etanol durará 60 dias, e a do diesel um ano. O custo é estimado em mais de R$ 50 bilhões.

O novo governo tentou explicar a decisão dizendo ser contra um "ta-rifaço", com efeitos negativos na **inflação**. Embora real, esse temor não serve de justificativa. As tentativas de controlar preços têm um longo histórico de fracassos. O que era uma medida eleitoreira e populista em 2022 continua sendo a mesma coisa em 2023.

Deliberações tomadas com os olhos na popularidade do presidente tornarão mais difícil o trabalho de Fernando Haddad, o ministro da Fa-zenda. Em concorrida cerimônia de posse ontem, Haddad disse que sua meta é fazer o país crescer para melhorar a vida da população e garantir equilíbrio e sustentabilidade fiscal.

Meta de Lula, baixar preço da comida é missão difícil nas condições atuais - MAURO ZAFALON

MAURO ZAFALON

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou em seu discurso de posse no domingo (1°) a necessidade de uma redução dos preços dos alimentos -uma difícil missão nas condições atuais dos mercados interno e externo. O que o país precisa é de uma mudança de política agrícola. Ela não deve inibir a participação do Brasil no mercado internacional, mas estruturar também a produção interna de produtos básicos à alimentação.

Essa estruturação passa por termos condenados internamente por muitos, como a concessão especial de crédito a determinados itens da produção, mas que são necessários para uma reposição na oferta de alimentos. O produtor, assim como em qualquer outra atividade, busca lucro ou uma renda para dar continuidade à sua atividade. O modelo exportador atual, bastante remunerador, faz a economia agropecuária se voltar basicamente para as exportações, que determinam inclusive preços internos.

Os preços dos alimentos e os números da área plantada nos últimos anos indicam os rumos que a agricultura brasileira vem tomando. O preço médio anual da saca de arroz pago aos produtores em 2022 superou em 3% os de 2020, conforme dados do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). Nesse mesmo período, os da soja e do milho, produtos com foco no mercado exportador, subiram 59% e 50%, respectivamente. A demanda externa e os preços favoráveis fizeram o produtor optar mais por esses produtos do que pelo básicos.

A área de plantio de soja cresceu 24% nos últimos cinco anos. Já a de arroz caiu 26%; e a de feijão, 13%, considerado o mesmo período. Além disso, sobreviveram no plantio desses produtos básicos os agricultores que têm mais tecnologia e estão mais bem estruturados, ficando de fora boa parte dos pequenos. Os riscos no plantio desses produtos básicos são elevados, principalmente por estarem mais sujeitos às adversidades climáticas e à falta de um apoio de seguro.

Voltados basicamente para o mercado interno, principalmente o feijão e a mandioca, os preços oscilam muito, dependendo da oferta interna. Em período de menor oferta, os preços reagem, mas caem a seguir quando os produtores voltam novamente para esses produtos. Já a soja tem mantido um preço mais constante. De 2019 a2022 teve aumentos contínuos, atingindo valorização acumulada de 140% neste período no mercado interno. O mercado é livre, e o produtor vai optar pelo produto que mais lhe trouxer renda. No curto prazo, no entanto, o incentivo à produção de alimentos básicos passa por uma linha de crédito e de juros diferenciados.

A garantia de renda ao pequeno produtor deve ser complementada, ainda, por uma distribuição eficiente dos produtos. Um dos canais fortes no país são as cooperativas, além das superintendências estaduais da própria Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Tanto apolítica de crédito como a distribuição dos alimentos, porém, devem ser bem estruturadas e ficar distante dos interesses de políticos.

No médio prazo, a política agrícola deve estimular a pesquisa, garantindo variedades mais resistentes, assistênciatécnica aos pequenos produtores e um mecanismo de distribuição dos produtos nas regiões em que são produzidos. Estudo do CPI (ClimatePolicy Initiative), filiado à PUC do Rio, mostra que políticas públicas voltadas para pequenos produtores dão resultados, mas têm de estar ligadas a uma assistência técnica.

Os governos vêm tirando os olhos dos pequenos produto -res, responsáveis por boa parte da produção dos alimentos que, atualmente, causam **inflação** no país. O Orçamento está cada vez mais curto. Os programas de auxílio aos pequenos produtores, no entanto, se espalham pelo mundo todo, da Europa aos Estados Unidos. Cada governo tem sua peculiaridade. Um dos mais fortes ocorre nos Estados Unidos, onde o governo, ao manter a garantia alimentar da parte da população de menor renda, estimula a produção. Só em Nova York, são 1,4 milhão de residentes dentro da insegurança alimentar.

O produtores dos Estados Unidos começam a discutira nova lei agrícola do país que vai vigorar para os próximos cinco ano, a chamada Farm Bill. A atual expira no próximo 30 de setembro. Entre as discussões, estão uma ampliação da assistência ao pequeno empreendedor rural; melhorar acesso aos programas do Usda (Departamento de Agricultura dos EUA) pelos produtores mais carentes. Os legisladores da nova lei querem, ainda, subsídios para modernizar a distribuição e a expansão de produtos nas regiões produtivas; redução da dependência dos pequenos produtores das megaempresas; cobertura maior de riscos, principalmente os climáticos, e das perdas de preços dos produtos; apoio de longo prazo aos pequenos produtores e processadores de carnes. Se eles, que são a maior economia do mundo, têm essas exigências, imaginem em um país de tantas desigualdades como o Brasil.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50145&_mather=9ebddbc1bd0cc79c&_ga=2.108806340.718376219.1672726937-1566829382.1670636243

Em discurso de posse, Haddad rejeita "aventuras" e "bala de prata"

ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP

Sem "aventuras" na política econômica e nem malabarismos financeiros, prometeu ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no seu discurso de posse no cargo, marcado pelos compromissos assumidos de trabalhar para a recuperação das contas públicas, o combate à **inflação**, a democratização do acesso ao crédito e a apresentação de projeto de uma nova âncora fiscal para o País.

A cerimônia começou diferente para o padrão sempre sisudo dos eventos da área econômica em Brasília. A cantora Myrla Muniz, acompanhada dos músicos Alberto Sales ao violão e José Ocelo Ferreira no violoncelo, cantou o Hino Nacional.

No discurso, Haddad disse que vai "arrumar a casa". Falou para o mercado financeiro e também para os apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do PT. Para o mercado, disse que "um Estado forte não é um Estado grande ou obeso" e que não é dogmático, mas pragmático. Aos aliados, disse que é preciso assegurar a retomada do crescimento.

"Não estamos aqui para aventuras.

Estamos aqui para assegurar que o País volte a crescer para suprir as necessidades da população em saúde, educação, no âmbito social e, ao mesmo tempo, para garantir equilíbrio e sustentabilidade fiscal." Assumindo um ministério com menos poder do que o de Paulo Guedes no governo Bolsonaro, Haddad fez referência ao título dado pelo ex-presidente ao seu ministro da Economia.

"Se antes havia um posto Ipiranga, agora somos uma rede de postos. Não existe mágica, nem bala de prata", afirmou.

Haddad disse ainda que o fim do orçamento secreto, esquema de compra de apoio político revelado pelo Estadão e declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é ponto de partida para "recuperar o País". Mas pregou o diálogo político com o Congresso, inclusive com os adversários.

O ministro da Fazenda criticou as medidas econômicas adotadas no último ano da gestão Bolsonaro. "Os atos na política econômica do País em 2022 foram dos golpes mais duros que eles desferiram contra o povo, eleitoreiramente. Não apenas contrariam o bom senso; foram deliberadamente irresponsáveis para tentar evitar o inevitável: acabar com esse projeto autoritário", afirmou.

O ministro disse ainda que "não gosta de trabalhar com remendos" e que irá apresentar de imediato as medidas econômicas necessárias para retomar a confiança de investidores.

"O que nós precisamos é de uma política ganha-ganha para o povo e para os investidores", afirmou.

"SEM FLA-FLU". O ministro agradeceu aos deputados e senadores presentes pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição da Transição.

"Ela agradou a alguns e desagradou a outros. Mas, sem ela, o campeonato não seria organizado.

Não se trata de Fla-Flu." A posse teve muitos e diversos convidados, mas faltaram empresários do setor produtivo, comum nesses eventos. Entre os banqueiros, Neca Setúbal, do Itaú Unibanco, e Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco.

Representante dos banqueiros, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, disse ao Estadão que Haddad encontrará uma conjuntura econômica bem mais desafiadora, e que será importante ele atuar como contraponto na busca efetiva do ajuste fiscal. "Até em resposta a pressões orçamentárias que surgirão dos demais ministérios." Para Isaac, o novo

ministro precisará, o quanto antes, indicar uma âncora fiscal crível para substituir o atual regime de teto de gastos. "Ouvi com atenção a fala do Haddad no discurso de posse, e percebi claras mensagens na direção da sustentabilidade da dívida pública, mas temos de aguardar as ações concretas que ele precisará fazer."

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Agro desafia o pessimismo (Editorial)

Em meio a um cenário global de **inflação**, desaceleração econômica e rupturas nas cadeias de distribuição, o setor mais inovador e produtivo da economia nacional segue desafiando o pessimismo. Mesmo com a perspectiva de queda nos preços internacionais das commodities agrícolas, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revisou a alta do **PIB** agropecuário de 10,9% para 11,6%, puxada sobretudo pela soja, que deve ter alta de 22,5%.

Em meados do século passado o País crescia, enquanto a agropecuária estava estagnada e o Brasil dependia de importações. Nos anos 70 a produção rural acompanhou o processo geral. De lá para cá a situação se inverteu. Hoje, o Brasil é o segundo maior exportador mundial de alimentos, as safras seguem batendo recordes, mas a economia nacional acumula décadas "perdidas".

O País se encontra em uma nova encruzilhada histórica.

O agro pode ser tragado pela mediocridade econômica nacional ou servir de alavanca, com seus exemplos de competência, tecnologia, conhecimento e seriedade, para revertê-la. Para tanto, é preciso garantir as condições de continuidade dessa história de sucesso.

Isso não significa que não haja grandes desafios. Ao contrário. É preciso remover barreiras à sua expansão e fortalecer as boas práticas para energizá-la.

Do ponto de vista estrutural, já passou da hora de enfrentar o grande gargalo do agro, a infraestrutura.

O crescimento da produção não foi acompanhado, sobretudo no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, de melhorias na logística, armazenagem e comunicação.

O governo também precisará ampliar o financiamento rural em suas várias modalidades, tanto mais numa conjuntura de juros altos combinados a um aumento nos preços dos insumos. Ante as intempéries climáticas, um olhar cuidadoso ao seguro rural é crucial.

No plano internacional, é preciso despoluir a reputação nacional após a razia antiambientalista de Jair Bolsonaro, mas, acima de tudo, resistir à onda protecionista nos países desenvolvidos e abrir novos mercados nos emergentes. Além da diplomacia, isso exigirá esforços em duas frentes: uma melhor comunicação das práticas sustentáveis que vêm sendo implementadas pela grande maioria dos produtores e a repressão aos crimes perpetrados por uma minoria iníqua. Além dos ganhos ao meio ambiente, isso desmoralizará os pretextos protecionistas.

Condicionar taxas de juros reduzidas do Plano Safra à responsabilidade ambiental e social é um bom caminho, seja pelo impacto nessas áreas, seja pela visibilidade internacional que isso traz. Com as contas públicas apertadas, isso ajudará a atrair recursos externos.

O próprio presidente eleito Lula da Silva e seus correligionários, por sua vez, precisam expurgar velhos preconceitos ideológicos que tantas vezes difamaram os produtores agrícolas como vilões sociais e ambientais. Se hoje há "latifúndios improdutivos", eles estão muito menos no campo do que em Brasília e em enclaves corporativos privilegiados por ela. São eles que precisam ser invadidos pelos exemplos de produtividade e sustentabilidade do agro.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Lula assume num ambiente fiscal traiçoeiro - LUIZ SCHYMURA

LUIZ SCHYMURA

Em uma visão impressionista das contas públicas brasileiras, a situação parece bem administrada. Para começar, em 2021 e 2022 o país voltou a operar com superávits primários - com percentuais de +0,7%e+1,1% do **PIB**, respectivamente -, algo que não era observado desde o biênio 2012/13. Outro aspecto de destaque é a evolução da dívida pública em proporção ao **PIB**, que encerrou o ano de 2022 em patamar próximo ao verificado em 2019. O que faz nítido contraste com o quadro observado internacionalmente, no qual a maioria dos países enfrentou forte piora em seu endividamento em virtude do choque causado na economia pela pandemia.

Por outro lado, aose observar a realidade vivida em outras áreas o quadro é desanimador. A covid-19 deixou um duro legado na educação, comprometendo a formação de milhões dejovens brasileiros. Na área sanitária, há muito a ser feito paraavoltaà "normalidade" denosso sistema de saúde pública. Não se pode deixar de mencionar o lamentável aumento da pobreza. Pautas contemporâneas como o meio ambiente e a digitalização requerem a presença e a atuação do Estado. O investimento em infraestrutura física é a cada dia mais premente. Por fim, áreas como turismo, cultura etc. também precisam de apoio governamental.

Desempenho favorável em 2021-2022se deu por fatores atípicos Tendo emvistaalongalistade pendências/prioridades/ demandas, não seriam exagerados a relutância e o receio em relação à aprovação da PEC da Transição, o suporte financeiro imediato de que o governo Lula tanto precisa para atender as áreas carentes? O que estariapor trás de tamanha apreensão com a aprovação daPEC daTransição?

Para responder aessas questões é importante, inicialmente, qualificar esse desempenho visto até aqui como "satisfatório" das contas públicas. Para isso, creio ser apropriado esmiuçar os dados fiscais desses últimos anos, buscando entender a natureza dos superávits primários e do "bom comportamento" do endividamento público em 2021e2022.

Para início de conversa, como aponta meu colega Bráulio Borges, a magnitude da surpresa na arrecadação fica patente quando se compara a projeção de receita líquida primária do governo federal que consta do Projeto de Lei Orçamentária Anual(PLOA)de2022, divulgada em agosto de 2021, que era de R$ 1,60 trilhão, com a estimativa de dezembro de 2022 apresentada no Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias da Secretaria do Ministério da Economia, de R$1,86 trilhão. Em cerca de um ano e meio, descobriu-se que a receita de 2022 era R$ 260 bilhões, ou 2,6 pontos percentuais (p.p.) do **PIB**, maior do que a projetada inicialmente.

Um dos itens que saltam aos olhos é a receita auferidajunto ao setorextrativo mineral, com grande destaque para o petróleo/gás. Esses ingressos corresponderam a 1,8% do **PIB** em 2021ea2,6%do **PIB** em2022, bem acima da média de0,9% do **PIB** entre 2011e 2020 (bem como da média de1,1%doPIB observada em 2019-20). Como se vê, não fosse aelevação nesse grupo específico de receitas, o setor público brasileiro teria registrado déficits primários em 2021 e 2022.

Ainflação muito acima das metas em 2021 e 2022, por seu turno, também teve papel importante na melhora dos indicadores fiscais. Como se sabe, em um processo de aceleração do nível de preços, grosso modo, as despesas públicas acompanham com defasagem a subida da **inflação**, enquanto as receitas públicas seguem apare passo o processo inflacionário. Não é à toa que, em recente documento (edição de outubro do Fiscal Monitor), o FMI aponte a "surpresa" inflacionária de 2021 e 2022 como fatorpreponderante da evolução favorável da relação dívida/**PIB** brasileira.

Fica claro, portanto, que o desempenho fiscal extremamente favorável em 2021-22foi função de uma conjunção de fatores atípicos que dificilmente se repetirão durante o atual mandato do presidente Lula.

Não obstante a melhora fiscal, desde o fim de2021 as expectativas em relação à trajetória futura da relação dívida bruta/**PIB** tiveram forte deterioração. Esse fato fica evidente quando se observa, como aponta Borges, a diferença entre a projeção de consenso para a relação dívida/**PIB** em 2030 e a esperada para 2022. No segundo semestre de 2021, essa diferença chegou a sernegativa. Em outras palavras, o mercado acreditava num recuo da dívida/**PIB** até 2030. Com a

aprovação da PEC dos Precatórios, o sinal se reverteu. No início de 2022, a projeção para a dívida/**PIB** em 2030 era 8p.p. maior do que a de 2022.

Houve também uma elevação com a aprovação da chamada "PEC Kamikaze", emjulho de 2022. E agora, com a PEC da Transição, o diferencial atingiu +12p.p.. Não foi por acaso que esses saltos na expectativa da trajetória da relação dívida/**PIB** até 2030 tenham acontecido após a aprovação das PECs. Afinal, cada uma delas impunha mais dificuldades para o equilíbrio das contas públicas.

Como vimos até aqui, o quadro fiscal que, pelos dados de 2021 e 2022 era satisfatório, deixa de sê-lo a partir de 2023. Por outro lado, há urgência de uma ação firme do Estado em áreas que requerem atuação expedita do setorpúblico. Como conciliar essas agendas?

Parece claro que a resposta passa pelo uso dos recursos de forma mais eficiente, evitando ao máximo o desperdício.

Nessalinha, algumas açõesjá devem ser priorizadas para serem o quanto antes implantadas. Em função da experiência do PT com a confecção do Cadastro Único, a redução dos "vazamentos" do programaAuxílio-Brasil, que podem chegar a 0,2% do **PIB**/ano, poderia ser colocada em ação rapidamente. Uma segunda medida, adiada por dois meses através da MP assinada por Lula ontem, seria o fim da desoneração do PIS/Cofins dos combustíveis -a renúncia de receita é estimada em aproximadamente 0,5% do **PIB**/ano. Além disso, o ministro Fernando Haddadjá disse que não vai deixar o país incorrer no déficit primário máximo permitidopelaEC 126/2022 ("Emenda da Transição"), que poderia chegar a2%do **PIB**.

Sem dúvida o governo Lula terá muito trabalho pela frente. É importante que a classe política e a sociedade civil trabalhem para garantir o melhor uso dos recursos públicos disponíveis. Focar no que é necessário e evitar o desperdício!

Luiz Schymura é pesquisadordoFGV Ibre e escreve mensalmente E-mail luiz.schymura@fgv.br

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187423

Preços ajudam, e superávit comercial bate recorde

A balança comercial registrou superávit de US$ 4,78 bilhões em dezembro e fechou 2022 com saldo de US$ 62,31 bilhões, alta de 1,5% contra 2021 e recorde da série histórica. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US$ 607,704 bilhões em 2022, com alta de 21,5% contra 2021 e também recorde.

Os indicadores são robustos e mostram importante contribuição da balança para o setor externo, dizem especialistas. Os resultados de 2022, porém, contaram com papel importante da alta de preços, que deve ajudar menos em 2023, avaliam. Os dados de comércio foram divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic).

Em 2022 as importações somaram US$ 272,7 bilhões, 24,3% a mais do que em 2021. A variação, porém, não reflete um aumento da demanda doméstica na mesma proporção, avalia José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Boa parte dessa alta, diz, é explicada por preços, que subiram 23,4% em 2022 contra o ano anterior, enquanto o volume desembarcado aumentou apenas 2,6% em igual comparação.

Na exportação os preços também comandaram. Segundo dados do Mdic, nos embarques os preços subiram 13,6% enquanto a quantidade avançou 5,5%. A combinação fez as exportações alcançarem US$ 335 bilhões em 2022. .

O dinamismo do comércio já mostrou alguma mudança nos últimos meses de 2022, com processo gradativo de ajuste de preços que deve continuar em 2023, diz Castro. Isso, ao lado de uma economia global mais desacelerada, avalia, deve levar a uma queda da corrente de comércio neste ano.

Mirella Hirakawa, economista da AZ Quest, destaca que os dados da balança de 2022 mostram não somente maior abertura comercial como também maior participação do comércio externo na atividade.

A corrente de comércio, lembra, que começou a subir desde 2017, terminou 2022 próximo a 32% do **PIB**. O nível de superávit comercial de 2022 foi também surpreendente, diz. Na projeção mais recente, o governo federal calculava superávit de US$ 55,4 bilhões, quase US$ 7 bilhões abaixo do saldo alcançado. O melhor saldo foi creditado pelo Mdic ao "maior crescimento das exportações e menor crescimento das importações em relação ao estimado".

Para Mirella, parte importante da "surpresa" é explicada por preços, num movimento que na verdade vem desde 2021. Pelos dados calculados pela AZ Quest, os preços médios de exportação avançaram 14,4% em 2022, após alta de 22,8% em 2021. O volume embarcado também subiu, mas a taxas menores, de 3,2% e 6,8%, respectivamente.

No lado das importações, a consultoria calcula aumento de preços de 16,1% em 2022 e de 14,5% em 2021. Em quantidade, houve alta de 9,1% e 20,7%, na mesma ordem. A alta de preços, explica, resultou dos choques a que a economia e também o comércio global ficaram submetidos no período, primeiramente pelos efeitos da pandemia de covid-19 e depois pela guerra entre Rússia e Ucrânia.

Ao mesmo tempo, diz, no decorrer de 2022, houve, no mercado doméstico, um início de normalização do consumo das famílias, com um direcionamento maior para serviços do que para bens, num quadro diverso ao que marcou o pico da crise sanitária, em 2021. Para 2023, diz Mirella, o que se espera no comércio global é um ajuste de preços médios, com queda em grãos e minério de ferro, itens importantes na exportação brasileira, que devem pressionar para baixo o valor embarcado.

O que pode mudar o quadro, diz, é a reação da economia chinesa no decorrer deste ano, com as novas medidas anunciadas, principalmente de flexibilização na política de covid zero, o que poderia contrabalançar um pouco o efeito negativo dos preços. Já as importações brasileiras em 2023, diz Mirella, devem andar de lado. Apesar de uma demanda doméstica mais fraca este ano, Mirella acredita que os preços ainda se manterão altos em alguns ramos de atividade, em razão de ajustes que ainda estão sendo feitos no descompasso global entre oferta e demanda. O quadro diz Mirella, deve levar a um superávit comercial menor em 2023, mas ainda robusto e acima dos US$ 50 bilhões. A AZ Quest espera queda de 0,2% no **PIB** em 2023, após alta de 3% estimada para 2022.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187423